Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 26 de fevereiro de 2015

Ata N.º 13

No dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, pelas vinte horas e quarenta e sete minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Projeto de Lei n.º 717/XII (Criação da Freguesia de Marateca, no Concelho de Palmela, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português – emissão de parecer;

PONTO TRÊS – Projeto de Lei n.º 718/XII (Criação da Freguesia de Poceirão, no Concelho de Palmela, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português – emissão de parecer;

PONTO QUATRO – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;

PONTO CINCO – Regulamento do Cartão Municipal Idade Maior;

PONTO SEIS – Regulamento e Tabela de Taxas Municipais;

PONTO SETE – Eleição de Representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;

- Sr. José da Cruz Silvério;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;

- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- A **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que não pode pôde comparecer, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada.
- A **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontrava presente;
- A **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP** justificou a ausência à sessão, por motivos de assistência a familiar doente, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio** que iniciou a sua participação nos trabalhos mais tarde, assinalando-se o facto na altura devida.
- A **Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino do PS** justificou a ausência à sessão de 18.12.2014, por motivos de assistência a familiar doente, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira do PS** e **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa um Requerimento pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP, que será reencaminhado para o Sr. Presidente da Câmara, e cinco Moções – três da CDU, uma do PS e uma do PPD/PSD.CDS-PP.

Saudação do PS *"General Humberto Delgado"*

Tomou a palavra o **Sr. Raúl Cristóvão** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

O **Sr. Bruno Grazina do PS** iniciou participação nos trabalhos às 20,54 horas.

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão desta Moção por favor, desta Saudação aliás. Pergunto se alguém deseja intervir? Não? Temos um pedido de intervenção da parte do PSD/CDS por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros elementos da Assembleia Municipal, distinto público, funcionários, comunicação social, a todos os meus cumprimentos.

Relativamente a esta Moção o Partido Social Democrata e o CDS-PP Coligação Palmela Mais, só têm a dizer obviamente, a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, muito bem. Mais alguma intervenção? Então vamos votar por favor esta Saudação."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Moção do BE *"Saudação ao Povo Grego"*

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora tem a palavra o Bloco de Esquerda, para apresentar a sua Moção por favor."

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção.
Quem deseja usar da palavra, por favor? antes de a submetermos a votação. Tem a palavra por favor, Sr. Membro Raúl Cristóvão."

O **Sr. Raúl Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Muito rapidamente para dizer que votaremos a favor desta Moção, apesar de algumas das adjetivações aqui feitas não serem ao nosso estilo, mas isto é mais uma questão de estilo do que diferenciação.

Saudar o Povo Grego, não somos Syriza, mas somos completamente a favor de que os povos que vivem, os povos do sul e porque não alguns do norte também já vivem, em dificuldades não têm que viver sobre este machado de austeridade da forma como está e mais não fosse esta mudança na Grécia já resultou. Pelo menos, na Europa, discutem-se coisas que não se discutiam há quinze dias e isso já é um avanço importante, porque eu acho que a Europa tem que refletir, a Europa tem que pensar em mudar o seu paradigma e temos que ir por aí.

Para nós, PS, a solução está numa Europa mais forte, numa Europa que tenha políticas diferentes, numa Europa que efetivamente esteja mais próximo das populações e não numa Europa que só se interesse pela grande banca, pelas grandes empresas e pelos grandes países. Nesse aspeto votaremos a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? Tem a palavra pela CDU, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, por favor."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Boa noite, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes. Uma pequena intervenção, em nome da Bancada da CDU, dizendo que nós votamos favoravelmente esta Moção.

Consideramos que, de facto, foi demonstrado que existem alternativas a esta atual politica que é seguida na Europa, com os Partidos Conservadores, Sociais-Democratas e do designado Socialismo democrático, que é possível quando um povo luta numa situação de profunda desigualdade e de grande fragilidade como é o caso do Governo Grego, é possível mesmo nessas circunstâncias, inverter, contrariar as políticas dominantes na Europa.

Apesar das dificuldades e dos recuos que inevitavelmente o Governo Grego teve que ter neste processo, onde, enfim, a desigualdade de força era monstruosa, foi demonstrado que é possível travar a austeridade, muitas das medidas que vão ser implementadas vão no sentido contrário àquilo que tem sido seguido na Europa nomeadamente, e dou aqui o exemplo do Governo Francês, com estas novas medidas de austeridade. Agora o chamado Plano Mecom, que curiosamente passou ao lado da Assembleia Nacional Francesa, e, portanto, aqui os Partidos do arco governamental ou do governativo da Europa desde as matrizes Sociais-democratas ou neoliberais assumidos no fundamental não se têm distinguido nas suas políticas e de facto o Governo Grego veio demonstrar que é possível uma outra alternativa, que é possível outras políticas e nós saudamos naturalmente esta coragem, esta força do Governo Grego que veio introduzir na ordem do dia na Europa uma discussão que era impensável aqui à escassas semanas. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais…, tem a palavra o PSD-CDS por favor, Sr. Carlos Vitorino"

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigado, já fiz os cumprimentos há pouco, e realmente esta Moção vinda do Bloco de Esquerda é perfeitamente compreensível, aliás incompreensível seria se não o fizessem, se bem que eu pense que falte aqui nos pontos da Moção, também uma Saudação ao facto do governo Grego ser uma coligação de extrema-esquerda e de extrema-direita, falta aqui este pequeno ponto.

Agora há aqui um erro base na Moção que é, não foram os cinco anos de austeridade que conduziram a Grécia, Portugal, outros países a um desastre económico, não foi o que se passou antes desses cinco anos.

Por acaso na Grécia os principais responsáveis por isso, o Pasok praticamente desapareceu do universo eleitoral, houve de facto aqui do povo Grego uma penalização sobre quem conduziu o país ao real desastre económico. Em Portugal isso não se verificou, mas esperemos que se venha a verificar porque quem conduziu o país ao desastre económico, não foi quem o recuperou do desastre económico, e isto é mais aqui para o Partido Socialista que se esqueceu que era "compagnon de route" do Pasok e de repente apareceu com um líder que só falta o cachecol à Sr. Varoufakis, não é? Quase mais Syrizista que o Syriza, se bem que nos últimos tempos já tenha vindo um pouco atrás e já tenha referido que o país hoje está bem melhor do que há quatro anos, mas pronto, isto é normal que o Bloco de Esquerda apresente, é normal que o Partido Comunista subescreva, agora não é normal que o Partido Socialista o faça, mas fica aqui o reparo. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tenho um pedido de palavra por parte do Partido Socialista, José Manuel Silvério, por favor tem a palavra."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos, muito obrigado à Sra. Presidente. Quero apresentar os meus cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia, aos restantes Membros da Mesa, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, Caros Colegas da Assembleia, o meu cumprimento aos Técnicos da Câmara hoje aqui em exercício de funções, cumprimentar a comunicação social presente e um cumprimento particular às pessoas que estão aqui hoje, ao público, a assistir a esta Assembleia.

Como foi dito pelo meu camarada Raúl Cristóvão nós vamos votar favoravelmente mas, depois de ouvir o que foi dito pela Bancada da direita nesta Assembleia, não posso deixar de intervir porque parece-me que está tudo bem e que, de facto, o que aconteceu durante estes quatro anos foi uma recuperação, foi um país a ficar melhor do que estava há quatro anos.

Bem, eu vou só dar aqui alguns exemplos de que, de facto, necessitávamos de uma golfada de ar fresco na Europa para mostrar que, de facto, a austeridade não foi solução para nada, só veio criar mais dificuldade, basta ver a dívida pública que aumentou e por isso falhou completamente a ideia de austeridade com esse objetivo que é muito mais insustentável agora a dívida.

Mas poderíamos pegar nas palavras do Sr. Juncker, que falava da humilhação que este Governo, que esteve sempre na linha da frente a favor da austeridade e contra os planos de defesa social, para dizer que o que apresenta a direita como sucesso destes quatro anos são os Portugueses mais velhos desprezados e ofendidos na sua dignidade. Era disto que o Juncker estava a falar, os mais novos Portugueses enxotados para fora do País, era disto que o Juncker estava a falar, um milhão e trezentos mil portugueses sem emprego, que não têm emprego, que não estão no Fundo de Desemprego, mas também não têm emprego, porque já não têm direito ao Fundo de Desemprego, um desemprego que sem truques e precaridade no fundo de desemprego rondaria os vinte por cento.

Basta ver uma das formas de baixar o desemprego que este Governo utiliza é levar os empresários a trocar um posto de trabalho de quarenta horas semanais por quatro empregos de dez horas por semana. Vão ali ao fórum e verificam isso em noventa por cento daquelas empresas que lá labutam, se alguém quiser confirmar isto é só lá ir, e um dos truques também que nós todos já temos visto ao longo destes quatro anos são os estágios. Portugueses com fome são trezentos e cinquenta mil, um bom trabalho deste governo que de facto tem beneficiado este país, dois milhões de pobres, classe média destruída, crianças com fome assinaladas nas escolas, são treze mil neste momento, estado social em declínio de uma década na saúde, na justiça, na pobreza, nos apoios sociais, mas o que este governo de mentirosos, este governo revogável de revogáveis aldabrões o que tinha de cumprir com a Troika não cumpriu, por exemplo, na EDP o próprio FMI disse recentemente que estes mentirosos comprometeram-se a não aumentar energia mais de um e meio por cento, estava no memorando, e aumentaram mais do dobro este ano.

Comprometeram-se, por exemplo, para criar um banco de fomento, prioridade pública, focado no apoio ao investimento e beneficiando nos próximos fundos comunitários, de dois mil e catorze dois mil e vinte, em conjugação com os recursos do estado, pois bem estes aldabrões nada fizeram bem e podia estar aqui toda a noite a dar-vos exemplos.

Esta Moção, de facto, nós vamos votar favoravelmente porque é uma lufada de ar que demonstra que a austeridade não é e quando se diz que o memorando foi assinado pelo PSD, tem pano para mangas, basta ver nas Autarquias quando Eduardo Catroga e Miguel Frasquilho foram dizer para os homens da Troika, por exemplo, que as senhas de presença nas Juntas de Freguesia eram duzentos euros, uma vergonha esta gente. No dia em que se souber o que é que eles levaram, a Troika e o memorando a estar lá incluído, vão passar por uma grande vergonha é preciso é que os políticos o façam. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais algum pedido de intervenção? PSD/CDS tem a palavra por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Previamente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há, desculpe! Desculpe! Está bem peço desculpa, tem a palavra então Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Ora mais uma vez boa noite, só queria dar aqui uma nota da intervenção do Sr. Carlos Vitorino, caríssimo Membro desta Assembleia, em relação à Coligação que está neste momento no Governo da Grécia, portanto é de extrema-direita, disse extrema-direita, não eu acho que extrema-direita ou extrema-esquerda eu penso que são um Governo de gente que repudia esta política, simplesmente é isso e cada vez mais. Não é o caso desta Coligação que está de momento no Governo Português. O que interessa aqui, é que é um Governo composto por uma maioria de cento e quarenta e oito deputados, salvo erro, e por três do Syriza e três deputados dos Gregos, independentes Gregos, portanto há aqui uma coligação mas as políticas que estão a ser seguidas, na sua grande maioria, são as do Syriza.

Disse que o país está melhor, parece o António Costa aqui há uns dias perante uma plateia quando disse que o país estava melhor nos últimos quatro anos, uma observação muito desfasada totalmente da realidade. O país, neste momento, está muito pior e o seu Governo em vez de combater esta política desastrosa, que só leva o país à ruina, ainda a Sra. Ministra Maria Luis Albuquerque tem a diligência de ir entregar catorze mil milhões de euros à Troika, às Instituições Europeias como adiantamento do empréstimo concedido.

Ora este dinheiro vem de onde? Este dinheiro vem precisamente dos pensionistas, dos reformados, dos salários da Função Pública que têm sido espoliados, dos portugueses, nos últimos três anos que este Governo tem tido posse no País. Muito obrigado, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, agora sim tem a palavra CDS/PP por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, antes de mais, eu quero aqui reafirmar que em primeiro lugar sou portuguesa e só depois grega, tendo solidariedade com o povo grego nas suas aflições, não quero deixar de dizer que acima de tudo sou

portuguesa e nesta Assembleia sou do Concelho de Palmela. Portanto não vou fazer grandes comentários porque prefiro falar de assuntos do Concelho.

Em todo o caso não posso deixar de chamar aqui a atenção da Mesa e da Senhora Presidente para ter em conta, também, a linguagem utilizada nesta Assembleia, alguma dela ofensiva e que com a certeza se nós a utilizássemos perante alguns eleitos desta Assembleia não iriam gostar, pronto é um reparo meu é a minha opinião. A Sra. Presidente não considerou assim com certeza e portanto é uma nota que eu tenho aqui a salientar. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada por se ter antecipado, provavelmente viu a minha cara, aliás eu vi que olhou para mim nessa altura eu olhei para si, portanto foi por isso que se lembrou. Eu não quis interromper a discussão mas é evidente que tencionava dizer que, como já fiz de resto noutros momentos, acho que certo tipo de termos e linguagem usada pode, às vezes, não ajudar muito a discussão, mas é evidente que a responsabilidade é de quem a usa, mas, enfim, partilho o seu reparo.

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, há mais alguma intervenção sobre esta Moção? Não havendo vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então agora propunha que a CDU apresentasse a sua Saudação por favor, quem vai usar da palavra?"

"Saudação da CDU *"Dia Internacional das Mulheres"*

Tomou a palavra a **Sra. Cristina Moura** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia perante esta Saudação por favor, alguém deseja usar da palavra?

Tem a palavra o PS, Ilda Fino por favor."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Muito boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Vereadoras, caros colegas Membros das bancadas e das Mesas, público presente, jornalistas e demais presentes.

Queria demonstrar realmente o nosso apoio relativamente a esta proposta e vamos votar, claro, favoravelmente, não podíamos deixar de o fazer, aliás é o mote do Partido Socialista em Igualdade de Género. Neste caso também saudar o Dia Internacional das Mulheres, neste caso até anteciparam-se relativamente ao PS, apenas deixar aqui uma nota que realmente tudo aquilo que está aqui considerado,

portanto, é verdade e reforçamos, também, pela participação das Mulheres e há aqui algum trabalho a fazer, portanto era só deixar esta nota. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhora, PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Desculpe que há pouco não cumprimentei os presentes na sala, a comunicação social, o público, os meus colegas tinha cumprimentado quando entrei.

Efetivamente eu não gosto muito de comemoração antecipadas, mas aqui terá que ser, porque a nossa Assembleia é antes do dia da comemoração do dia 8 de Março. Eu, às vezes, costumo dizer a amigas minhas, quando fazemos alguns almoços ou alguma comemoração, que isto não é muito bom sinal haver o Dia da Mulher, porque não há o Dia do Homem. Em todo o caso é um dia simbólico e que nós nos associamos a esse dia, independentemente de não concordar a cem por cento, aqui com alguma terminologia, que se fossemos nós a redigir, não redigiríamos talvez deste modo, mas cada grupo é um grupo, mas vamos votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, pelo menos pela parte do voto. Provavelmente se redigisse o texto precisaria de fazer alguma alusão a essa sua visão, não é? Do problema da luta das mulheres, não é? Não é exatamente a visão que está neste texto e a razão pela qual se comemora o "*Dia Internacional das Mulheres*", de facto é mais do que por razões, de igualdade nesse sentido em que está provavelmente a querer colocar, é efetivamente porque há muitos direitos que estão por ser iguais e mesmo entre todas as injustiças que hoje são grandes entre homens e mulheres, parece que infelizmente todos os dados estatísticos continuo a dizer, que as maiores injustiças recaem sempre as mulheres e isto para não falar naturalmente do histórico.

Bem mas a Moção é clara, pergunto se há mais alguma questão que queiram colocar se não…, Votamos? Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"E agora devolvo então a palavra ao Bloco de Esquerda, para a figura de uma Recomendação, é assim que pretende designá-la certo?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Isto é uma situação, mais uma vez boa noite, é uma situação que acontece no Pinhal Novo, na Praça da Independência, é este espaço, abriu portas em dois mil e treze, salvo erro em novembro e utiliza este espaço perto do estabelecimento, que é espaço de domínio público, para ter a sua esplanada, no entanto verifica-se é que depois no período em que não está a exercer a atividade tem lá fixos no chão estes pés, digamos assim, pés em metal, chapa, que ficam permanentemente no local.

É possível que os funcionários da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia, não se tenham deparado com este cenário porque isto só se depara a horas fora da atividade comercial, no entanto não deixa de ser uma situação que deve de ser corrigida. Por isso nós fazemos esta recomendação à Câmara Municipal de

Palmela, ou às autoridades competentes, que a mais breve trecho corrijam esta situação, porque como é possível ver não está bem, não se enquadra na política de urbanismo que eu penso que seja a política deste Município. Muito obrigado, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, eu penso que se calhar podíamos sugerir ao Senhor Presidente que tratasse esta questão no período em que vai intervir, está bem? Pode ser?

Muito bem. Pergunto se há mais alguma questão por parte dos Senhores Membros da Assembleia agora que ultrapassamos o período, o período não, esta primeira parte, portanto pedidos de intervenção? Um do Partido Socialista, um do PSD/CDS, um do PS, um da CDU, muito bem, então vai usar da palavra o Partido Socialista por favor, Carla Oliveira."

A **Sra. Carla Oliveira do PS:**

"Antes de mais queria cumprimentar todos os presentes na sala, os jornalistas, os funcionários da Câmara Municipal, o restante público, os Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente, Sra. Presidente, Srs. Vereadores.

A minha intervenção, hoje, vem na sequência do facto de estarmos no final do inverno, provavelmente já não vamos ter mais chuvas torrenciais como aquelas que aconteceram em novembro do ano passado nesta época de inverno, e nessa altura foi visível que continuam a existir problemas graves no escoamento das águas pluviais na zona de Biscaia.

Na Assembleia Municipal de dezoito de dezembro, o Sr. Presidente reconheceu alguns dos problemas e referiu que será necessária a intervenção da Câmara para resolver o problema das frequentes cheias nesta zona.

A primeira questão que coloco é: para quando é que está prevista esta intervenção? Será antes do próximo inverno? E a outra questão pertinente é que tipo de intervenção tem prevista?

Para elucidar quem não conhece a zona, existem duas linhas de água que cruzam a Estrada Municipal 533 estrada do Lau), atravessam a zona industrial que fica nesta área e ainda atravessam a A2.

Vamos por partes: a primeira linha de água atravessa esta estrada do Lau, na sua interseção com a Rua José Mestre, passa dentro do terreno atualmente utilizado pelo sucateiro, atravessa a autoestrada A2, não sei exatamente de que forma, não sei se o Sr. Presidente me sabe depois explicar, atravessa a rua do Caçarino e não sei onde o perde, mas não tem caudal durante todo o ano, mesmo na altura das chuvas mais fortes. É por isso importante perceber onde está esta linha de água cortada impedindo que seja feito por aqui o escoamento necessário.

Além disso, ainda nesta zona na estrada do Lau, a estrada está muito abaixo da cota dos terrenos envolventes, em alguns locais chega a estar quatro metros abaixo dos terrenos envolventes e estes dados foram retirados da carta militar da zona, constituindo-se assim como o canal mais óbvio para a concentração e escoamento das águas pluviais. Assim, torna-se também necessária uma atuação da Câmara neste sentido, ou subir a estrada para o nível da cota ou acima deste, ou baixar a linha de água e construir bacias de retenção a montante.

A segunda linha de água que atravessa também esta estrada, ou o seu desaparecimento, porque eu já nem consigo ver onde é que ela supostamente devia passar, deveria atravessar a estrada do Lau, na intersecção com a estrada de Algeruz e depois passa nos terrenos da empresa Contenur e da outra empresa que está do outro lado da estrada, que não sei precisar o , e atravessa também a autoestrada A2, e também nesta linha não há qualquer caudal a jusante durante todo o ano. Mais uma vez é necessário perceber, onde é o corte da passagem de água e resolver esse problema.

Tal como na outra linha de água, também aqui, de acordo com a carta militar a cota da estrada está abaixo da cota dos terrenos envolventes e, também aqui, a estrada desempenha o papel de canal para a água que

aqui se vai acumulando, estes são os dois focos de cheias constantes, sempre que chove um bocadinho mais do que aquilo que é suposto.

Esta não é uma situação recente! Quer a criação da zona industrial e a construção destas fábricas, quer a construção da A2, vieram contribuir para o seu agravamento. Mas não se entenda com isto que consideramos que são estas construções as causadoras da situação.

Na nossa opinião a grande culpa destes problemas é da Câmara Municipal de Palmela que não garantiu que estas infraestruturas fossem construídas respeitando as linhas de água, nem garante ainda agora a fiscalização das referidas linhas. E ano após ano, promessa após promessa, continua a nada ser feito para impedir que as cheias aconteçam.

Gostava ainda que me esclarecessem em que condições também pensa deixar a estrada após a intervenção. E gostava de aqui obter a garantia de que não se irá repetir o que foi feito na estrada de Algeruz, aquando das obras da drenagem de Brejos do Assa.

E repare esta intervenção vem no seguimento da Assembleia que tivemos aqui no dia doze, em que se falou também desta zona, por causa da definição do Plano Diretor Municipal e no dia dezoito, perdão, e ainda houve uma Assembleia em novembro, penso que dia vinte sete, que eu saí daqui, não sei se recordam, foi uma Assembleia em que estava a chover muito, eu saí daqui e para chegar à minha casa, como sabem é no Golf do Montado, uso essa estrada, não consegui passar, eu tive água no carro até ao porta bagagens e estava um carro à minha frente que estava com água acima do porta bagagens e que já não saiu de lá.

Portanto ali já só se passa ou de trator ou de carrinhas altas, porque nestas situações os carros ligeiros não passam por completo, eu tive que voltar para trás, não sei como, correndo o risco de meter o carro dentro das valas laterais à estrada e ir dar a volta pela a Estação de Palmela, para conseguir poder chegar à zona de Algeruz.

Portanto é para se ter uma noção que quando se fala em cheias não estamos a falar de acumular uns centímetros de água, estamos a falar de acumular muita água e de ser realmente muito perigoso para quem ali passa. Tenho dito, obrigada, boa noite."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, agora tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora, nós também entregámos na Mesa um pedido de informação por escrito e que também colocamos aqui ao Sr. Presidente, portanto uma Recomendação quanto ao tratamento do espólio documental do Dr. Matos Fortuna. Essa Recomendação aliás já tinha sido feita aqui na Assembleia Municipal,verbalmente, e também na Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo, aprovada por unanimidade e proposta pelo CDS e PSD também nessa Assembleia de Freguesia.

Gostávamos de saber como é que está o tratamento desse espólio. Para além disso, também queremos aqui colocar umas questões, nomeadamente à Mesa, relativamente à constituição das Comissões da Assembleia Municipal, uma vez que já decorreu um ano sobre quando nos pronunciámos que quantas Comissões quereríamos, que tipo de Comissões, demos todos a nossa opinião e requeremos também cópias das atas das reuniões realizadas nos diversos Conselhos Municipais, Cinegéticos e tudo o resto.

Embora eu já tenha recebido, por mim solicitado através da Mesa da Assembleia, uma ata do Conselho da Mobilidade do ano passado, ter-se-á realizado outra em dezembro, essa ainda não haverá ata e portanto desde já agradeço também essa resposta.

Também solicitámos, e também ao Sr. Presidente se quiser dar o esclarecimento, de requerimentos que efetuamos em vinte sete de junho, por lapso até colocámos dois mil e dezasseis, mas é dois mil e catorze, eu peço para depois corrigir aí no original. Decorridos oito meses ainda não temos resposta a esses requerimentos, bem como o pedido de informação, decorrido cinco meses, relativo aos circuitos de recolha e monos nas diversas freguesias que tínhamos solicitado também através da Mesa ao Sr. Presidente. E

apresentámos também uma proposta em relação ao IMI familiar, claro que não temos o poder executivo, é uma proposta que apresentámos à Mesa para sugerir ao executivo da Câmara.

Quanto às questões, eu quero aqui congratular-me, porque nem tudo é mau, porque hoje vi na freguesia de Quinta do Anjo, porque à saída tenho que passar por lá, no fim da estrada dita "Xavier de Lima", estavam a pintar e a limpar aquelas divisórias de cimento que existem a separar as faixas. Colocava aqui também uma questão porque essa estrada que conduz depois à rotunda, quando se vira à direita e conduz à rotunda que já pertence à Freguesia de Coina, portanto quem vai para a Autoeuropa, essa estrada embora tivesse sido melhorada em tempo a verdade é que nunca teve qualquer marca no pavimento, de divisão de faixas, nem contínuo, nem descontínuo, totalmente negro o alcatrão. Eu penso que uma estrada daquelas com o movimento que tem, merecia ali algum tipo de tratamento, pronto não serão os trabalhadores que andam agora lá a limpar e a fazer o arranjo. Estendia aqui o desafio ao Sr. Presidente, dessa limpeza se estender também à rotunda que vai para a Autoeuropa, porque efetivamente ali são os trabalhadores da Câmara que estão a fazer o trabalho e não ficará muito elevado com certeza o custo e portanto saliento esse trabalho que está a ser feito.

Relativamente a uma questão, eu gostava aqui de colocar uma questão ao Sr. Vereador do Turismo, não sei se será o Sr. Vereador se será o Sr. Presidente, eu coloco ao Sr. Presidente, ele depois decidirá se dá a palavra ao Sr. Vereador ou não. Gostava, eu tenho um resumo do retrato do sector do Turismo de dois mil e seis a dois mil e catorze a nível nacional, e gostava de saber se nós temos dados concretos na autarquia sobre a evolução do Turismo e a receitas turísticas no nosso concelho e caso tivéssemos esses dados gostaria que nos facultassem, para vermos também a evolução positiva no concelho que na altura foi dito que houve evolução positiva também para termos esse grau comparativo versus o país. Não vou comparar com a Grécia, porque o nosso Turismo foi muito melhor que o da Grécia, do que de Espanha, por isso quero comparar com Palmela, com o nacional e portanto congratulamo-nos com essas receitas turísticas e penso que Palmela embora tenha melhorado pode melhorar ainda mais.

Aqui outra dúvida em relação às obras na rotunda perto da Volta da Pedra, eu questionava o Sr. Presidente se os prazos que lá estão vão ser alargados uma vez que há aquelas intervenções ao nível do saneamento e se essas intervenções do saneamento estavam contidas no valor cujo placard está lá, ou se vai haver mais algum adicional nessa adjudicação, em virtude de algumas obras de saneamento, se houve obras adicionais, ou se já estavam todas contempladas no projeto inicial e para já é tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora, peço desculpa, quem é que pediu…, foi o Bloco de Esquerda ou foi a CDU? Foi o Senhor Presidente da Junta de Pinhal Novo, exatamente tem a palavra."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU:**

"Cumprimentava na pessoa da Sra. Presidente todos os presentes nesta sala, e pretendia demonstrar com a minha intervenção mais uma situação daquelas que já há pouco foram aqui faladas e que tem a ver com a melhoria do nosso país. A minha intervenção tem a ver com a extensão do serviço de atendimento da Ação Social e do RSI, nas freguesias do concelho de Palmela.

No dia dezasseis de Fevereiro de dois mil e quinze, segunda-feira véspera de carnaval, a Junta de Freguesia de Pinhal Novo recebeu uma comunicação, por correio eletrónico, do Centro Distrital de Setúbal e Instituto de Segurança Social dando por terminado o atendimento descentralizado de Ação Social e RSI, que é o Rendimento Social de Inserção, por motivo de reorganização dos serviços do Instituto de Segurança Social e esta comunicação também foi remetida às restantes Juntas do concelho.

Na mesma comunicação informou que os serviços que, desde há mais de uma década, no caso da Junta de Freguesia de Pinhal Novo eram realizados semanalmente nas instalações da Junta, um atendimento que variava entre as dez a quinze pessoas semanalmente, passarão a partir daquela data a ser efetuados exclusivamente nas instalações dos Serviços do Instituto de Segurança Social, no caso em Setúbal.

No caso dos utentes da freguesia de Pinhal Novo, e eventualmente das outras freguesias do concelho, também qualquer assunto que haja a tratar obriga a deslocação tanto ao Centro Regional de Segurança Social em Setúbal.

Esta decisão é da exclusiva responsabilidade do Instituto de Segurança Social, revela a falta de preocupação e o desrespeito do Governo pelas populações dos diferentes concelhos do paí,s e no caso particular do concelho de Palmela, que é mais um ataque sem justificação à relação de proximidade existente entre as Autarquias, sobretudo as Juntas de Freguesia e as populações.

Com esta medida o Governo e a Administração do Instituto de Segurança Social, a seu mando, descuram as suas obrigações e responsabilidades e obrigam quem não tem meios, ou recursos financeiros, a gastar o que não tem para resolver problemas que podiam ser tratados localmente, sem custos, nem necessidade de deslocação para os cidadãos. Manifestamos a nossa indignação relativamente a esta decisão, porquanto a Juntas sempre disponibilizaram os meios logísticos e humanos necessários para que os técnicos da Segurança Social pudessem exercer as suas funções em boas condições, e por isso se repudia esta medida tomada.

Esta decisão não tem sustentação política, nem social, e responde exclusivamente aos interesses monetários do Governo e da Administração do Instituto Segurança Social. Entendemos que, em defesa dos interesses, necessidades e aspirações da população do concelho de Palmela, devem ser tomadas as iniciativas que se entenderem adequadas para divulgar e contestar esta medida, procurando desta forma pressionar as autoridades competentes para a revogação desta medida.

Gostaríamos aqui ainda de manifestar o nosso repúdio pela aprovação desta diretiva do Instituto Segurança Social, que extingue o serviço de Atendimento em Ação Social e RSI nas freguesias do concelho de Palmela e ainda expressar a nossa solidariedade e apoio a todos os munícipes do concelho, enquanto cidadãos lesados nos seus direitos e aspirações, por aplicação desta diretiva da Administração do Instituto Segurança Social. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais intervenções? Agora sim, tem a palavra José Manuel Silvério da parte do PS, depois Bloco de Esquerda."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Eu estou a pedir a palavra para colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara que, certamente e facilmente, me irá responder quando tratar do primeiro ponto. Mas antes, quero deixar claro o seguinte: eu quando faço referência nesta Assembleia Municipal ao Governo que desgoverna este país não estou a fazer nenhum ataque às pessoas que aqui representam o PSD e o CDS, a direita, porque isto é um debate político que aqui se faz e não o faço por uma razão, eu considero que todos os autarcas eleitos em Palmela, seja porque partido for, são sempre dos melhores autarcas do país e sei que as pessoas que aqui representam o Governo de direita têm uma missão difícil nesta Assembleia, são mal comparado como aquele advogado que vai a tribunal defender um malfeitor e que sabe que no virar da próxima página virá o veredicto da condenação.

Se não gostam que eu diga que o Governo é aldrabão, eu digo são mentirosinhos, mas foram condenados várias vezes pelo Tribunal Constitucional, porque não cumpriram a lei fundamental da República Sra. Presidente da Assembleia e isto tem que ser dito. Isto é um debate político que aqui se faz antes do período da Ordem de Trabalhos e já foram condenados pelo veredicto supremo que pode existir, que é o veredicto do povo português em primeira instância nas eleições autárquicas, já foram condenados em segunda instância nas eleições europeias e espero que sejam condenados nas eleições legislativas, que será o supremo tribunal e que de uma vez por todas se faça jurisprudência para não voltarmos a ter pelo menos aqueles cavalheiros que disseram uma coisa antes de irem para o Governo e fizeram tudo diferente depois de estar no Governo.

Sra. Presidente, eu não conheço mais nada senão o nome de aldrabões, se não gostam eu digo, passo a dizer mentirosinhos Sra. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara gostaria de procurar ao senhor o seguinte, o Sr. Presidente anunciou recentemente que no ano de 2014 gastou mais de um milhão de euros na rede viária do concelho e o que eu lhe quero procurar é, o Sr. Presidente terá esses números com certeza, tendo o Poceirão e a Marateca mais de sessenta por cento do território do nosso concelho poderá dizer-me qual a percentagem do valor gasto na rede viária naquele vasto território do concelho. Muito obrigado."

O **Sr. Pedro Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos às 21,42 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora tem a palavra o Bloco de Esquerda, Membro Carlos Oliveira, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Só duas notas em relação às palavras que o Sr. Presidente da Junta de Pinhal Novo acabou de dizer há pouco. Isto é o resultado desta política do Governo PSD/CDS, que não só ataca a economia do país como também ataca aqueles que menos têm. O ataque à Segurança Social ou ao Instituto de Segurança Social despedindo, isto é resultado do despedimento recente de mais de setecentos funcionários da Segurança Social, leva a que os serviços tenham que cortar em algum lado e o primeiro sítio onde vão cortar será no Poder Local, no serviço de proximidade, portanto isto é o resultado da politica desastrosa que este Governo continua a manter e não vai ficar pedra sobre pedra até que haja uma alternativa, até que este Governo seja de uma vez por todas expulso do lugar onde estão. Enquanto isto não acontecer eles vão continuar a atacar os mesmos de sempre, são os que menos têm, os mais necessitados, os mais desprotegidos, portanto o Bloco de Esquerda acompanha estas palavras que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia aqui trouxe, portanto solidarizamo-nos com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, tem a palavra novamente o Partido Socialista o Sr. Membro Raúl Cristóvão por favor."

O **Sr. Raúl Cristóvão do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, rapidamente só para nos solidarizar com as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo.

Nós quando somos eleitos, independentemente dos valores ideológicos que nos separam, temos a obrigação de lutar por aqueles que menos voz têm e menos posses têm, independentemente dos Governos, estamos aqui e isso, se calhar, é um bom momento para dizer que estamos aqui a defender as populações do concelho e as populações mais vulneráveis do concelho. Mais que palavras é o sentimento que nos obriga a todos a estar um pouco revoltados, ou muito revoltados, com esta forma, até pela forma, não só pelo conteúdo, mas também pela forma como a coisa foi feita e venha ela de onde vier é má. Os mais fracos, os mais vulneráveis, são seres humanos iguais a nós, somos todos iguais nas nossas diferenças, mas há uma coisa que nós não podemos admitir é que, quarenta anos depois do 25 de Abril sejam retirados aos mais fracos, aos mais vulneráveis, o mínimo de subsistência e o mínimo de dignidade para viver, e é isso que se tem estado a assistir e venha ele donde vier, terão sempre da nossa parte uma voz muito forte contra essas injustiças.

Depois uma chamada de atenção para o que está a acontecer, também fruto do desinvestimento que se tem feito na educação, no nosso território e nomeadamente com um problema que nós pensamos que põe em causa a segurança das crianças, põe em causa a segurança da escola, põe em causa a segurança dos

munícipes mais novos, que é a limpeza do terreno que foi feita adjacente à Escola Secundária a de Palmela e que deu origem a que se verificasse que o matagal que existia escondia as deficiências graves já detetadas e já plasmadas em várias exposições ao Ministério da Educação. Só que agora, claramente, aquele terreno ao ser limpo e ainda bem que foi limpo, porque está muito melhor e retira pelo menos alguns perigos em termos de saúde pública também, a verdade é que agora ficou à mostra claramente aquilo que se pode chamar um cancro muito grave para a segurança das crianças e para a segurança do equipamento escolar.

Sabendo que não é uma responsabilidade da, e não é por aí que eu estou a falar, solicitava que a autarquia também fizesse e era essa chamada de atenção, todos nós fizéssemos força, para que todos aqueles problemas, que são problemas de segurança, que põem em causa o ensino de qualidade da escola pública pudessem e fossem objetivamente resolvidos para bem da escola, para bem das crianças e para bem das famílias e do concelho. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, também tem a palavra, é exatamente, PSD/CDS Carlos Vitorino por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Visto a reincidência do Sr. Deputado José Manuel Silvério, só dizer o seguinte: mentiras, mentirinhas, aldrabices, nós se calhar em relação a isso vamos esperar por outro julgamento, e estou a falar obviamente do julgamento popular nas legislativas, outra coisa não seria de esperar e depois dizer que de facto não vou responder ao nível do Sr. José Manuel Silvério, por uma razão muito simples. Não lhe vou responder, porque para eu responder teria de baixar a minha argumentação ao nível dele e aí eu seria invariavelmente batido, por isso não o vou fazer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, pergunto se há mais alguma questão?

Tem a palavra pelo PS Ilda Fino, por favor."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Portanto, só reforçar aquilo que foi apresentado também relativamente à Bancada do PSD/CDS, para questionar também para quando a constituição das Comissões Permanentes, Grupos de Trabalho e uma vez que foi dito na última reunião que seria na próxima, que é hoje, e dada a importância uma vez que já decorreu mais de um ano sobre o início do mandato, e isso resultou do Regimento expressamente previsto, e seria útil para todas as forças partidárias menos representadas ver discussão sobre diversas matérias, como sabe a relevância dos temas e seria extremamente importante a implementação e constituição.

Por outro lado, também, deixar aqui o apelo e o repto, que também foi apresentado, dada a importância das filmagens da Assembleia Municipal, assim como também está a ser efetuado relativamente às reuniões de Câmara, creio que seria de extrema relevância também adotar esse sistema e lanço aqui o repto para, efetivamente, filmar aqui as sessões, não são assim tantas, portanto já temos aqui equipamento de som, acho que isso não é significativo em termos de custos e deixo aqui esse repto. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem, então pergunto se há mais alguma questão? Não havendo, quero apenas dizer aos Srs. Membros da Assembleia que no que respeita às questões colocadas à Assembleia, concretamente a Constituição das Comissões e esta recomendação que acabou agora de ser recordada relativamente a esta, eu penso que não haverá da parte da Câmara Municipal, isto é dos serviços da Câmara Municipal, grande dificuldade mas de

qualquer modo tratarei diretamente com o Senhor Presidente para conhecermos com rigor se temos alguma limitação a essa prática ou não. Portanto tínhamos assumido que sim, que se ia procurar fazer isso.

Depois, relativamente às Comissões foi falta de oportunidade para as discutir previamente e em reuniões que têm de ser, ou que devem ser, ainda prévias à Assembleia Municipal e portanto vêm logo que seja possível, isto é logo que eu consiga realizar essas reuniões com os Srs. Membros da Assembleia, nomeadamente Lideres de Bancada, pelo que espero que até à reunião de abril que é suposto, que é obrigatório acontecer, conseguir realizar essas reuniões.

De qualquer modo vamos ver qual é a agenda de abril, porque abril é mês de Relatório e Contas, portanto não me parece que nessa Assembleia tal tema deva ter lugar, não é? Porque são normalmente reuniões já muito pesadas, mas se tivermos mais do que uma reunião, como é possível que aconteça, vamos tentar justamente ajustar isso para uma das reuniões de abril, o que dizer que temos o mês de março para trabalhar sobre esse tema.

As demais questões obviamente que, para além de terem sido aqui colocadas, nós reencaminharemos formalmente à Câmara Municipal na pessoa do Sr. Presidente, que depois fará o favor de as encaminhar como entender. Para além disso imagino que o Sr. Presidente também terá tomado em boa conta o que aqui foi dito e, se calhar, no período da sua intervenção pode querer abordar logo alguma das questões.

Se não houver mais intervenções neste período, vamos passar ao ponto um e eu sugeria então ao Sr. Presidente que depois da sua intervenção inicial se quiser fazer o favor então de responder a questões que entenda que aqui foram colocadas, e devam ser respondidas, disponha ou seja estou só a sugerir que abreviemos este ponto, em que lhe daria a palavra para responder e depois entravamos novamente no primeiro ponto para a sua intervenção, portanto estou só a sugerir que junte essas duas intervenções.

Sr. Presidente da Câmara tem a palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Permita-me que comece por saudar Vossa Excelência, os restantes Membros da Mesa, as Sras. e Srs. Vereadores, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, as Sras. e os Srs. Munícipes, as/os nossas/os trabalhadores, a comunicação social resistente que nos acompanha também, dar-vos os votos de boas noites e começar também por agradecer as questões que foram colocadas neste período antes da ordem do dia e, se me permite, irei naturalmente fundir ambas as questões; a resposta às questões antes da Ordem do Dia e também a informação sobre a Atividade Municipal mas, para não perdermos aqui algum fio de raciocínio, iria tentar escalpelizar alguns aspetos que foram colocados pelas Sras. e pelos Srs. Membros da Assembleia.

Sobre a intervenção/questão/problematização colocada pela Sra. Membro Carla Oliveira, do Partido Socialista, eu gostava de começar por dizer que, de facto, quando se fala de cheias nós sabemos do que é que se está a falar até porque estamos no terreno, somos todos avisados, seja a que horas do dia ou da noite for, temos uma estrutura e um Serviço de Proteção Civil que está vinte e quatro horas no terreno e quer eu, como responsável máximo do Serviço, quer o meu Chefe de Gabinete acompanhamos as questões seja à distância ou se for necessário, presencialmente.

Todas as ocorrências são registadas, relatadas através de relatório, informação técnica para o efeito, são apontadas as questões que possam concorrer para eventuais problemas como esse que citou, problemas de drenagem de águas pluviais e são também apontadas medidas corretivas ou medidas mitigadoras.

Aquilo que eu tive oportunidade de esclarecer à Sra. Membro da Assembleia, já numa sessão anterior, é que o tipo de intervenção que íamos fazer, assim que o tempo o permitisse, foi feito de imediato. Penso que até poderá constar neste relatório, ou noutro anterior, foi a limpeza das bermas, das valetas, e sobretudo o desentupimento não só por assoreamento, mas também por outros materiais, de duas passagens hidráulicas existentes no local.

Uma solução mais dispendiosa, e que terá de aguardar outros dias, tem que ver de facto com o levantamento da plataforma da estrada, tal como fizemos num troço de trezentos e cinquenta metros que já lá está feito há alguns anos, não é nem deste, nem do anterior mandato. Acontece porém, quero aqui

recordar, que a estrada sempre lá existiu e de facto o que tem vindo a acontecer, Sra. Membro da Assembleia eu gostaria que me deixasse discorrer para chegar a todos os aspetos e não perder o meu fio de raciocínio, é que efetivamente naquele local mesmo as linhas de água que estão neste momento no terreno não correspondem à cartografia, aliás a própria cartografia da ARH Alentejo, agora é tudo Agência Portuguesa do Ambiente, naquele local apresenta alguns problemas de dissonância com aquilo que efetivamente está no terreno e obviamente nós sabemos o que é que acontece, múltiplos proprietários nos anos em que chove menos vão desviando para aqui e para acolá as linhas de água e elas vão desaparecendo.

Agora quero aqui recordar V.Exa., que é fácil quem está nesse lugar dizer claramente a responsabilidade é da Autarquia, mas façamos um bocadinho de apelo ao nossos estudos e à nossa clarividência, a legislação é clara eu cito-lha, lei cinquenta e oito dois mil e cinco alterada pelo decreto-lei cento e trinta de dois mil e doze, diz claramente de quem é a responsabilidade da limpeza e da regularização das linhas de água e garanto-lhe que naquele local não é de todo do Município, o Município apenas tem responsabilidades de limpeza de linhas de água, limpeza não é regularização, nos aglomerados urbanos.

Depois também não é totalmente verdade que as empresas instaladas no local contribuam para o agravamento da situação, até porque grande parte dessas empresas, como duas que tive oportunidade de acompanhar processos e licenciar, foram obrigadas a fazer bacias de retenção, que não concorrem para o agravamento da situação, agora citou precisamente alguém, que V.Exa., isentou de responsabilidades, mas que naquele local do território como noutros, no Vale da Vila, como em Vila Amélia, na rotunda da Makro, costuma encher de água é de facto a grande responsável por ter cortado todas as linhas de água e depois com uma plataforma de quilómetros de alcatrão e valetas feitas em betão, escorre para os outros locais, que é a Brisa, portanto é fácil de entender como os problemas se vão agravando.

Gostaria entretanto de lhe dizer que a nossa espectativa é que haja ali um contributo significativo por via de uma obra que tivemos oportunidade de aprovar aqui, numa alteração ao PDM, por causa do Centro de Reciclagem de Palmela, e não fosse isso de utilidade pública não teria vindo aqui e teria de aguardar, como dezenas de outros ou centenas de outros processos, por eventuais aprovações e alterações na revisão do PDM que está em curso, mas precisamente porque foi possível acordar com a Agência Portuguesa do Ambiente, uma regularização da linha de água recolocando-a no local onde ela devia estar e quando falo de regularização, falo de alargamento, leito cheio em condições, de zonas de inundação, de gabiões, de colchões REN, enfim uma intervenção séria naquele local. Obviamente a aprovação em PDM, não resulta naturalmente em obra imediatamente, é evidente que a empresa há-de ter de fazer isso a tempo e horas, mas não é para os próximos dias, nem para os próximos meses, até porque o processo ainda decorre noutras entidades depois da nossa aprovação.

Portanto, o que nós procuraremos continuar a fazer naquele local, foi o que fizemos logo após a ocorrência, foi uma limpeza e uma desobstrução das PH's (passagens hidráulicas) que efetivamente vão drenando, não estavam de facto a funcionar e também concorreram para uma maior acumulação, mas isto não significa que a zona não continue critica até esta intervenção de regularização da linha de água principal que ali passa.

Quanto ao levantamento da plataforma da estrada, vamos ver se durante estas ações de conservação que estamos a fazer e a intensificar no último ano, se conseguirmos manter este ritmo, se lá conseguiremos chegar. Sendo que as solicitações são muitas numa rede viária que é de facto muito extensa como poderá verificar através do SIG, na nossa plataforma digital, no nosso site.

A propósito passaria também para as intervenções na rede viária e um milhão e cem mil euros gastos em dois mil e catorze. Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério terá oportunidade depois de confirmar, quando for a Prestação de Contas, como foram distribuídos esse investimentos, mas basta fazer a soma de duas ou três obras relevantes, foi a estrada da SETECOM, foi a conclusão dos acessos ao mil e vinte nove, está aqui neste relatório e que tem que ver de facto com a estrada dos Cabeços Ruivos, foram duas pavimentações na rua 25 de Abril e na rua Fernando Pessoa, Bairro Alentejano, Bairro dos Marinheiros, Bairro Assunção Piedade, respetivamente, foram grandes intervenções de reparação do eixo da Circular Sul da Autoeuropa, mas quero deixar-lhe que o grande trabalho de recuperação e conservação da rede viária começou precisamente em Poceirão logo no inicio do ano com uma intervenção que ultrapassou os sessenta

mil euros, no viaduto que é da REFER, que ficou para nós e que teve de facto que levar ali uma intervenção que foi bastante dispendiosa.

Depois, recordar-lhe que os investimentos estão planeados e naturalmente a freguesia do Poceirão e a freguesia de Marateca, tem esses investimentos contratualizados no nosso Plano como tem oportunidade de conhecer, e possivelmente até terão outros quando chegarmos ao Orçamento Participativo em abril, porque houve propostas, tem havido discussão, tem havido estudo técnico, tem havido orçamento e o Sr. Presidente da União de Freguesias priorizou mais duas intervenções, duas delas na freguesia do Poceirão.

Depois há muita intervenção na conservação da rede viária, que também concorre para isto, não são apenas as empreitadas, se nós gastamos em conservação permanente, cento e vinte mil euros, naturalmente os remendos, as bermas, na quinhentos e trinta e três na zona do Lau, nas Lagameças, etc, essas reparações também são investimento. Eu poderia dizer-lhe que só aqui em trezentos metros, onde houve reparações mais intensas, terão sido gastos vinte mil euros, mas também não vamos aqui contabilizar o que custa por exemplo limpar valetas, como limpámos em várias estradas municipais, quer na freguesia do Poceirão, mas também na freguesia de Marateca, que foram abertas as valetas, por exemplo entre o Lau e o Poceirão, como sabe, e, portanto, tudo isso também quanto a nós é investimento, aquilo que é feito pelos trabalhadores do município não é despesa, é trabalho, é investimento.

Teremos, depois, também oportunidade de nos próximos dois anos, confirmar os compromissos que existem para com estas freguesias em matéria de novas pavimentações e também de reparação de alguns troços da quinhentos e trinta e três um na zona das Lagameças e do Lau.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, Espólio Documental de Matos Fortuna, o espólio existe, está bem conservado, está disponível para quem quiser consultá-lo. Relativamente a exposições e a outras ações depende muito das efemérides que queiramos assinalar, depende também das dinâmicas da própria comunidade educativa que por vezes nos solicita material e obviamente o nosso sector das Bibliotecas e também da Cultura e do Património estão disponíveis para esses eventos e procurá-los-emos realizar quando somos de certa forma desafiados também pela própria comunidade e quando tivermos calendário para isso; mas o Espólio está de boa saúde, está tratado, está bem e recomenda-se a sua consulta.

Sobre os requerimentos que V.Exa. referiu, vamos procurar saber o que se passou, porque eu tive conhecimento de dois, um sobre Augi's e outro sobre loteamentos abandonados e tive oportunidade de confirmar a resposta e os prazos através do Gabinete da Presidência, um trabalho até bastante detalhado, que devo dizer não sei se temos condições para continuar a fazer com aquele nível de detalhe, porque, de facto, há situações em que quero aqui referir que os processos se V. Exas. quiserem consultá-los podem ser consultados porque, de facto, temos alguns funcionários há cerca de dois meses a fazer relatórios e a deixarem de poder responder a outros processos, e aos nossos munícipes, para fazer informação que às vezes não fazem para o Executivo Municipal, eu começo a ficar um bocadinho invejoso porque qualquer dia V.Exa. tem uma informação mais escalpelizada do que eu, mas pronto vamos tentar responder e vamos ver o que é que falta, se efetivamente estamos em falta com alguma resposta procuraremos fazê-la chegar o mais breve possível.

Depois, relativamente às limpezas que estamos a realizar, estamos a fazer um pouco por todo o concelho, já o fizemos como acabei de referir na quinhentos e trinta e três. Hoje, por exemplo, sei que estávamos numa das estradas perto do Golf do Montado, no acesso à nacional dez, enfim temos pena é que em dois mil e cinco tínhamos quarenta e nove pessoas naquela brigada e agora temos de uma dúzia, mas vamos fazendo.

Na área do Turismo, Sra. Membro da Assembleia, nem a propósito nós recentemente, nós e os municípios da Área Metropolitana, aprovámos o Plano Estratégico para a região e tivemos também na sexta-feira passada numa reunião onde estivemos a trabalhar os dados por município. Queria aqui recordar, para que conste, para já estes documentos são públicos, no próprio site da Entidade Regional de Turismo está um plano estratégico que acolheu todas as nossas propostas, todas, todos os eixos de desenvolvimento para o Turismo foram acolhidos, e houve referências elogiosas a Palmela, desde logo porque nos últimos cinco anos foram os melhores anos turísticos de sempre no concelho de Palmela, estes dados estão lá, Palmela foi o concelho que mais cresceu percentualmente na região de Setúbal no número de dormidas sendo que Setúbal e Sesimbra têm muitas, mas percentualmente o crescimento foi em Palmela, e o tempo médio de estadia também aumentou.

Hoje na Bolsa de Turismo de Lisboa, o responsável pelo Golf do Montado dizia-me, com muito agrado, que tinham já para este ano batido o record de reservas e estava muito entusiasmado com os nossos programas de dinamização, de visitas ao centro histórico, ao castelo e Enoturismo, e que os turistas do Norte da Europa procuram cada vez mais não apenas o bem-estar, o sol, o golf, mas também o turismo de natureza, o enoturismo e o turismo cultural e é por isso que estamos a trabalhar com os operadores turísticos também nesse domínio. Os dados estatísticos que temos são do INE, também estão disponíveis para consulta, e do Turismo de Portugal e portanto este crescimento não acontece por acaso.

Queria só recordar que ainda hoje assinámos um protocolo com Silves, que vai permitir a promoção de eventos do concelho de Palmela num dos concelhos, o segundo maior concelho do Algarve, da Região do Algarve que tem dezasseis milhões de dormidas, assim como Silves que passará a ter, até no trabalho que vamos realizar ao nível da comunicação e do marketing, presença nos certames realizados no concelho de Palmela e o mesmo aconteceu no sábado passado, onde tive de oportunidade finalmente assinar o Protocolo com as cidades de Jerês, Marsala, em Itália, e Reguengos de Monsaraz, que é a mais recente Cidade Europeia do Vinho, então já são quatro? Pronto estava à espera de mais uma não sei porquê, não Barcelos foi Cidade Nacional não foi Europeia e também sobre a égide da RECEVIN (Rede Europeia de Cidades do Vinho), os dados relativos ao Enoturismo continuam a crescer e até porque felizmente, também fruto de alguns projetos que têm sido apoiados pela ADREPES e pelos Fundos Comunitários, mas também pela estratégia do município, vamos ter em breve mais espaços de Enoturismo preparados para receber muitos visitantes.

Sobre a rotunda, Sra. Membro da Assembleia, tem prazo de conclusão prevista para meio de março, já teve uma prorrogação de prazo e estamos em risco de vir a ter outra prorrogação de prazo, mas ainda bem que me coloca essa questão. O problema que ali temos, as questões da complexidade daquela obra, já foram explicadas porque não se trata de fazer uma bolacha ali no centro e meter uns lancis, não foi só o problema das expropriações, foi sobretudo também a necessidade de tratar em matéria de infraestruturas aquele cruzamento para que no futuro tudo fique preparado. Tínhamos ali linhas de alta tensão, tínhamos emissários da SIMARSUL, tínhamos telecomunicações enterradas e depois aquilo que não estava enterrado que era aquilo que pensávamos que era mais simples, que era da EDP, a Sra. nem imagina a telenovela que é diariamente, não é? Eu acabei de receber um e-mail, chegou ali à Sra. Diretora de um Sr. da EDP, que dizia: *"Eu já disse escusam de insistir pois a empresa está só à espera de autorização para transportar as colunas porque são muito compridas, os candeeiros não é, porque necessita de uma autorização especial porque não pode andar na estrada com aquilo e que é dia vinte cinco."* Mas dia vinte cinco já foi, então se não for dia vinte cinco é segunda-feira, mas é que nós andamos nisto desde dezembro, sabe? e de facto isto é penoso.

Mas deixe-me fazer aqui um bocadinho de política, é que quando falamos na privatização destas empresas, a forma como elas depois dispensam trabalhadores, a forma com contratam subempresas e subempreiteiros, é ridículo uma empresa como a EDP não ter em stock postes para substituir, tem de encomendar e ir comprando à peça, isto é ridículo, mas acontece, sejam postos cavan, de betão ou sejam colunas metálicas e depois de termos tudo tratado, e aquilo devia de ser tudo feito até dezembro, obrigaram-nos a fazer nova adjudicação porque no final de dezembro acabou um ano começava outro tivemos que fazer nova adjudicação para aquele serviço de desvio dos postes, de enterrar redes, etc, etc,. Isto é uma autêntica telenovela, mas eu creio que vai valer a pena e ainda há outros folhetins, nomeadamente com a Estradas de Portugal que depois de ter aprovado o projeto da rotunda, e está aqui gente que foram Vereadores na altura, aprovaram o projeto da rotunda e então não é que agora querem alterar o projeto da rotunda. Estão a impor uma alteração na rotunda porque a equipa técnica já tem outro conceito, isto é ridículo, mas sabe isto foi aprovado, mas os Srs. não assinaram o protocolo connosco desde o ano passado e vêm impor à própria da hora uma alteração da rotunda, mas não vai ser isso que vai atrasar a obra, o que está a atrasar a obra é esta telenovela com a CME e com a EDP.

Finalmente só uma referência também a esta questão da limpeza do terreno junto à Escola Secundária de Palmela. Nós tivemos a oportunidade de constatar no local não só pelo acompanhamento da obra de intervenção que ali fizemos, e que ainda não está concluída da nossa parte confesso-lhes, mas de facto pôs a nu a fragilidade daquela vedação e as questões de segurança que ali estão e precisamente na deslocação que fizemos à Escola Secundária de Palmela acompanhados pelo Sr. Dr. João Passarinho da DGEST, tivemos a oportunidade também de confrontá-lo não apenas com a questão do pavilhão, é uma escola que ele

conhece bem, mas também com as reparações que há lá a fazer e ele levou um enorme caderno de encargos, porque nós e o Sr. Diretor da Escola desde aquelas redes daquele Polidesportivo, são perigosíssimas, não é? podem ferir qualquer aluno, a outras questões e de facto ele disse: "Bom façam a proposta isto até não sei quantos mil euros pode ser que vá.", bom vamos ver, vamos ver se vai.

Sobre as questões suscitadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, não me compete responder mas dizer, de facto, que o Município desde logo também se associou a este protesto deste recuo da Segurança Social no nosso território. Tive a oportunidade de falar com a Sra. Diretora Distrital, que entretanto convocou várias reuniões, o Sr. Vereador já esteve numa, penso que os Srs. Presidentes de Junta também irão a várias, certamente não nos vai…, hoje tiveram já, mas penso que o Senhor Presidente da Junta de Pinhal Novo vai noutro dia, é amanhã, não sei se as novidades alteraram alguma coisa, mas eu creio que está tudo na mesma ou pior, portanto vamos aguardar notícias.

Indo de imediato Senhora Presidente se me permite então à informação sobre a atividade municipal."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Destaco desde logo, neste período, o trabalho feito na área da educação, não só os trabalhos de impermeabilização da cobertura da EB Joaquim José de Carvalho, a conclusão da obra de reconstrução do muro exterior da EB Palmela 2 e um vasto conjunto de intervenções de reparação e manutenção no parque escolar, mas quero também destacar uma medida com algum alcance social nomeadamente o aumento do valor dos auxílios económicos a atribuir a cada aluno, foi um aumento de quarenta e tal para cinquenta euros, no total de mil e noventa e seis alunos abrangidos.

Noutro domínio, o bem-estar e a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras do Município foram priorizados procedendo-se, durante este período, à distribuição de vestuário de trabalho, calçado de segurança e equipamento de proteção individual segundo as diversas áreas operacionais, distribuição e reposição de material de primeiros socorros pelos diversos serviços e viaturas municipais. Assinalámos o Dia Mundial da Diabetes, também com os nossos trabalhadores em parceria com a Unidade de Saúde Familiar de Santiago, em Palmela e vários parceiros locais e nacionais, um conjunto de ações de consciencialização para este grave problema que é esta doença e para a importância da adoção de hábitos de vida saudáveis, seja para o público interno mas também para a comunidade.

Depois, os nossos seniores estiveram em evidência porque tivemos, ali no final de outubro princípio de novembro, muitas atividades, realização de um conjunto de atividades de sensibilização e animação, como o Colóquio "Sexualidade nas Pessoas Idosas" ou o encontro de gerações "Florir os Saberes", realizado com a Escola Secundária de Palmela, ou ainda a peça de teatro "Jantar de Natal", dinamizada pela equipa de animação das Bibliotecas, que registou a participação de 173 utentes das nossas IPSS.

"Portugal 2020: Que oportunidades para um crescimento inclusivo?" foi o tema do VI Fórum Social Palmela, que proporcionou um debate enriquecedor e muitas pistas de trabalho para que o próximo quadro comunitário possa ser aproveitado da melhor maneira, pela área social, na qualificação de políticas, estruturas e equipamentos.

Na área da limpeza urbana, deu-se continuidade aos trabalhos de corte e monda química de ervas daninhas em vários espaços públicos, cito aqui alguns locais por serem os mais significativos e aqueles que tiveram intervenções mais pesadas. Recordo que noutras freguesias este trabalho também é feito pelas respetivas

juntas e faço aqui um sublinhado sobre a complexidade que entretanto foi criada à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos e que o município em boa hora procedeu à formação de todos os assistentes operacionais que operam com estes produtos e também criando um sector responsável, um engenheiro responsável, pela aplicação, pela supervisão, mas ainda assim com todas as restrições ainda fomos a tempo de intervir e de melhorar alguns espaços.

O Dia da Floresta Autóctone foi também assinalado neste período, com a realização de jogos e sementeiras com as crianças das escolas básicas, plantação de árvores em espaços públicos, caminhadas no Parque Natural da Arrábida com identificação de espécies naturais foram algumas das atividades desenvolvidas.

Ainda na área do Ambiente para além das "Hortas Comunitárias", no Pinhal Novo, enfim já terem produção abriu-se o período de inscrições para a Horta de Palmela cujas obras também já se iniciaram.

No campo da intervenção em espaço público, também até porque foi suscitado aqui numa das últimas Assembleias, procedeu-se à substituição de quatro abrigos de passageiros e trabalhos de reparação de outros dez, bem como as ações de tratamento contra a praga da lagarta do pinheiro por microinjeção e pulverização em vários espaços do concelho.

O Museu Municipal de Palmela coorganizou, com o Museu da Saúde, a nova exposição de longa duração referente à História da Malariologia em Portugal, a inaugurar brevemente, em Águas de Moura. Em dezembro, o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago promoveu, em parceria com a Universidade Autónoma de Madrid, o Colóquio «Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular: bases ideológicas e doutrinais de um conflito» (séculos X-XIV), tendo-se procedido, também ao lançamento e coordenação editorial da publicação «Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)».

Na área da cultura, o destaque vai para a abertura ao público do Centro Comunitário de Águas de Moura, um equipamento que visa a criação de estratégias e dinâmicas de desenvolvimento local em interação com os diferentes agentes locais. Como é sabido, foram, estabelecidos acordos de parceria com a Associação de Festas de S. Pedro de Marateca, com o TELA - Teatro Estranhamente Louco e Absurdo, bem como com os professores responsáveis pela dinamização de aulas de guitarra e de modalidades desportivas.

A dança também esteve em destaque neste período, não só porque vivemos mais uma semana da dança no nosso concelho, com mais de três mil participantes. O evento foi realizado em parceria com a companhia residente no Cineteatro S. João, DançArte. Houve naturalmente outras iniciativas, os bailes tradicionais de danças tradicionais europeias, aulas de dança criativa, a nova produção Senhores da Vila também esteve no São João que continua a ser uma sala de espetáculos muito procurada para produções aqui a sul do tejo. Destaco o Bailado "Quebra Nozes" pela Classic Stage, cada vez mais, um polo cultural de referência nacional.

Permitam-me, ainda, uma referência especial ao 20º aniversário das Janeiras, que voltaram a sair à rua no Centro Histórico de Palmela, com a participação de várias associações do nosso concelho. Na quadra natalícia, a equipa de animação das Bibliotecas envolveu-se na produção de uma peça de teatro, que esteve disponível para várias IPSS, fez também itinerância, só registar os números porque são importantes e reveladores três mil oitocentas e vinte e oito participações. Depois, também área de formação para a comunidade, houve trabalho nesta altura, ações relacionadas com informática, agricultura biológica, marketing de vinhos e higiene e segurança alimentar.

Depois a abertura de um novo equipamento municipal – a Sala de Ensaios CAVE. Também no campo do trabalho desenvolvido para e com a juventude, foram dinamizados três Fóruns Juventude "Março a Partir - Agir de Corpo Inteiro", nas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo e na EB José Saramago, em Poceirão, onde se aprofundaram as questões do voluntariado, e realizaram-se quatro sessões na Secundária de Palmela, enquadradas pelo REAJ – Recursos de Emprego e Aprendizagem para Jovens, com a participação de duzentos e trinta e cinco alunos e alunas.

O dinamismo desportivo do concelho continua a ser reconhecido, com um calendário muito interessante de atividades apoiadas ou promovidas em parceria com escolas, empresas e com o movimento associativo. Realço aqui o "Arrábida Ultra Trail – Running Between Castles", que contou com a participação de cerca de um milhar e meio de participantes, de diversas nacionalidades, também o 9º Grande Prémio da Arrábida, depois passaria aqui para o "Aprender a Nadar" que neste período beneficiou quinhentos e oitenta e quatro alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho.

Há depois um conjunto muito vasto de intervenções de beneficiação realizadas nos equipamentos dos espaços de jogo e recreio existentes em nove escolas básicas e em nove espaços públicos, um investimento que orçou em cinquenta e três mil e seiscentos euros.

O "Mexa-se em Palmela" está a fazer dez anos de atividade e continua a ter quase todas as suas atividades esgotadas, milhares de participantes.

No âmbito da substituição e reforço da rede de iluminação pública, foram concluídas a substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio na rua do Parque e adjacentes, em Aires, e a substituição de luminárias no Parque Industrial das Carrascas, num troço da avenida dos Bombeiros Voluntários de Palmela e no Bairro Sousa Cintra.

Concluímos, neste período, a tal beneficiação da conhecida estrada do Cabeço Ruivos, fizemos por administração direta várias intervenções das brigadas, quanto à carreira 714 dos TST, que liga Quinta do Anjo e a estação ferroviária da Penalva, também são conhecidas mais ao menos as diligências que temos feito, conseguimos prolongar para já até trinta e um de março. Continuamos a negociar com outras entidades parceiras, aliás recentemente conseguimos que a FERTAGUS também ao incentivar o uso ofereça alguns descontos nas suas viagens.

Na área da economia e turismo assinalamos o aniversário da – Cidade Europeia do Vinho 2012"de Palmela, com todos os agentes que participaram fizemos um balanço, mas sobretudo apontámos linhas de ação futuras, o Dia Europeu do Enoturismo, a continuidade ao programa "Palmela, Experiências com Sabor!", que surge, em 2015, com novidades. Os Fins de Semana Gastronómicos do Moscatel de Setúbal e da Fogaça de Palmela, o Concurso de Fogaça, enfim, uma intensa atividade também que tem também uma participação crescente de público.

A dinamização do tecido económico local continua a ser uma das prioridades definidas para o presente mandato, pelo que temos trabalhado em proximidade com as nossas empresas na captação e divulgação de oportunidades de formação, implementação de ideias de negócio e investimento. Destaco aqui o trabalho feito em parceria com a Embaixada de Cuba e com a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Turismo Portugal-Cuba, promovemos a sessão "Oportunidades de Investimento em Cuba", que contou com a presença do IAPMEI. Promovemos, também, mais uma sessão da iniciativa "Centro Histórico de Oportunidades", com a presença de diversos/as empreendedores/as que partilharam o seu exemplo com pessoas interessadas em concretizar os seus projetos no nosso território. Com a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, organizamos, ainda, o debate "Agricultura Familiar, contributo para um sistema alimentar sustentável e para um mundo rural vivo", que pretendeu marcar o encerramento de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar e refletir sobre os problemas que afetam o setor.

No âmbito da participação cidadã também é conhecido o processo do Orçamento Participativo que teve depois em dezembro a devolução dos resultados e já o lançamento das datas para 2015 e foi possível também verificar que algumas das questões logo propostas acabaram até por integrar ou estar já contempladas no Orçamento 2015 e algumas já fizemos até alterações orçamentais nestes últimos dois meses em reunião de Câmara para permitir o andamento de alguns projetos.

Com as Juntas de Freguesia, houve também inovações no fecho do ano. Foram alterados os Contratos Administrativos relativos à reposição de pavimentos em calçada ou outros, e houve um novo Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, na área da gestão e manutenção de espaços verdes.

Os valores da partilha e da solidariedade estão sempre presentes no relacionamento que temos estabelecido com diversas entidades nacionais e internacionais e, penso que é justo aqui referir também na sequência da erupção do vulcão da Ilha do Fogo com quem temos até relações já profundadas ao longo dos anos, isto causou-nos naturalmente algumas preocupações e demos início a uma ação de emergência, uma campanha, que teve uma primeira fase já concretizada, no envio de duzentas e oitenta e quatro caixas com doações para o Município de S. Filipe, e temos em curso uma campanha que vai até final deste mês, ainda de recolha de géneros.

Para concluir, recordar-vos três projetos importantes fruto de um trabalho técnico muito apurado que permitiu, de facto, ainda irmos a jogo com candidaturas aceites para a "Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo", cofinanciada pela APA, bem como duas candidaturas ao PORLISBOA/QREN, em regime de *overbooking*, que permitem ainda ir buscar financiamento para o "Espaço Cidadão – Serviço de Apoio à Comunidade", em curso, e à "Iluminação Cenográfica do Castelo de Palmela".

Por último, este é um período em que temos trabalhado muito em torno do futuro quadro estratégico comunitário, há meses que temos uma dinâmica muito interessante que tem procurado trabalhar até a nível intermunicipal, mas também para o interior do nosso concelho. Temos feito várias sessões com Associações, IPSS, Bombeiros, um conjunto de Agentes EconómicoS, criámos uma Comissão de Acompanhamento denominada "Palmela 2020", que tem preparado a estratégia de desenvolvimento municipal à luz do novo Quadro Comunitário de Apoio, com o intuito que todas as oportunidades de financiamento possam ser aproveitadas, da melhor maneira, contribuindo para a concretização da estratégia de desenvolvimento sustentado que temos para este concelho.

Sra. Presidente, grosso modo este é o resumo do Relatório da Atividade Municipal. Muito obrigado, estou ao dispor para as questões que entendam colocar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, muito obrigada. Sras. e Srs, Membros da Assembleia, por favor, sobre o relatório quem deseja intervir colocando questões ou outras observações?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa do Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, muito boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Srs. Jornalistas, Técnicos da Câmara Municipal e Público, uma boa noite para todos.

Relativamente à Atividade Municipal, o Líder da Bancada do Partido Socialista, Raúl Cristóvão, entende sempre que eu devo ser a única pessoa que lê este relatórios e, portanto, obriga-me, periodicamente a lê-los, e portanto eu faço esse trabalho e partindo desse pressuposto que poucos mais leram as sessenta e oito páginas que contem o Relatório gostava de deixar aqui algumas notas, que tem a ver primeiro com alguns aspetos e não vou aflorar que os aspetos que afloro sempre, das questões das nove presenças no cinema, no Pinhal Novo por sessão, nem os planos de urbanização que sistematicamente aparecem aqui em conclusão, nem ao nível dos loteamentos em que não há nada de novo no horizonte, já que há zero a esse nível neste período.

Mas gostava de referenciar que desta vez existe uma nota, a exemplo do que aconteceu já no ano passado, que diz que os quadros se referem ao período de um de janeiro a trinta e um de janeiro, está na página quatro essa referência. Sim senhor os quadros que eu encontrei, genericamente estão todos com exceção do da página vinte e dois e vinte e três e aquilo que eu solicito é que são dados que vêm do exterior e portanto terá que haver eventualmente algum trabalho que seja feito, enfim aqui, para que os quadros a aparecer tenham uma nota por baixo a dizer que não é relativamente a um de janeiro a trinta e um de janeiro, mas sim de um de novembro a trinta e um de janeiro.

Depois, dizer que fico satisfeito pelo facto da encosta do Outeiro, em Palmela, ter sido alvo de inspeções periódicas de acordo com o relatório. Fico satisfeito por um lado, preocupado por outro, porquê? Porque é

uma questão que de há muitos anos a esta parte, enfim, nos tem preocupado e que não tem existido, parece-me, uma intervenção consentânea com a necessidade que a encosta necessita, passo o pleonasmo.

Depois, pegando em dois valores só para não me alongar. Relativamente ao IMI, já o ano passado em janeiro apareceu cerca de trezentos e quinze mil euros, uma coisa que nunca aparecia no Relatório de Atividade Municipal de um de janeiro a trinta e um de janeiro e portanto este valor é efetivamente de um de janeiro a trinta e um de janeiro.

O Sr. Presidente o ano passado disse-me: *"Que é uma coisa excecional…"*, enfim era excecional mas este ano acontece exatamente a mesma coisa, ou seja há aqui uma diferença de seis por cento portanto não é significativo. Qual é a excecionalidade? Porque é que isto acontece? A pergunta de novo. Já agora se souber qual foi o valor da receita do IMI durante o ano de dois mil e catorze e já agora quanto cresceu em relação ao Orçamento que o Senhor aqui aprovou?

No que concerne aos encargos correntes da dívida, enfim, eu sempre tive a noção de que os anos mais complicados em termos de encargos correntes da dívida seriam os anos de dois mil e treze e dois mil e catorze, sempre foi dito isso genericamente face aos dois empréstimos dos oito milhões de euros, etc, etc., Estranho como é que neste período de janeiro os encargos decorrentes da dívida são superiores a janeiro de dois mil e catorze, deve haver um pequeno pormenor que leva a que isto aconteça, mas, ou é um pormenor, ou não sendo pormenor, gostava que me explicasse se estes encargos decorrentes da dívida crescem de novo em dois mil e quinze, ou de acordo com aquilo que estava plasmado em todos os contratos que foram feitos de financiamento, o grande volume, o essencial volume dos encargos decorrentes da dívida era em dois mil e treze e dois mil e catorze. E pronto era só isto, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, por favor Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Queria pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente em relação ao semáforo que está na rua da Lagoa da Palha, no Pinhal Novo, semáforo não sei se lhe posso chamar semáforo ou será um monumento a uma equipe de futebol, que é a equipa de verde, uma vez que aquilo não está ali a fazer nada. Houve uma altura que era para limite de velocidade de cinquenta naquela zona, mas a partir do momento em que houve obras de repavimentação naquela rua ele deixou de funcionar.

A minha questão é, se pondera retirá-lo do local uma vez que que ele não está a fazer rigorosamente nada ali ou se vai pô-lo a funcionar?

Na minha opinião pessoal ele não faz ali falta nenhuma, uma vez que logo a seguir está uma lomba que impede que os automobilistas se alonguem na velocidade.

Mais, intervenções no espaço publico, a questão dos abrigos de passageiros. Eu não sei se foi na outra sessão ordinária que ocorreu, recomendei a construção de um abrigo de passageiros perto da escola Alberto Valente, na paragem que está lá do circuito urbano de transporte publico. Não sei se, se, depararam com a mesma novela com que se depararam com a construção da rotunda, se já está, se esse processo já está a decorrer? O facto é que ainda não dá sinais de haver lá construção nenhuma.

Depois, isto não é só dizer mal, também quero-me congratular pelo regresso da iniciativa do "Orçamento Participativo", como sabe é uma questão que o Bloco de Esquerda sempre foi sensível a questão da participação direta dos cidadãos nas decisões do Orçamento da Câmara Municipal e não tenho mais nada a reparar de momento, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra o Partido Socialista novamente, Bruno Grazina, por favor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores e restantes Autarcas, Sras. e Srs. Jornalistas, Sras. e Srs. Munícipes. Queria apenas fazer uma intervenção muito curtinha, com um reparo e uma recomendação.

No tocante à limpeza da área da limpeza urbana, mais especificamente no que tocou à zona da rua Infante D. Henrique quando foi feita a monda química, e estou-me a referir especificamente à rua Bartolomeu Dias e às ruas envolventes do bairro João Teixeira de Faria, a monda química foi aplicada numa altura, creio que no inicio do mês não sei precisar o dia, que estava a chover e o que é que acontece? Efetivamente os resultados não se viram e acabou por ser um bocadinho um desperdício e eu queria aqui deixar um reparo de que futuramente quando fossem projetadas estas intervenções que houvesse pelo menos um bocadinho mais de cuidado para não estarmos aqui a desperdiçar recursos, porque a obra evidentemente ficou na mesma e acho que…, é só isto, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? Tem a palavra por favor ainda o Partido Socialista, Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Boa noite, cumprimento na pessoa da Sra. Presidente o Sr. Presidente, Caros Colegas, excelentíssimo público e membros dos Órgãos da Comunicação Social. Era só para solicitar ao Sr. Presidente que fizesse o favor de mandar verificar os extintores, porque o extintor nesta sala que está ali montado do lado esquerdo está fora de prazo. Não sei se há outros nesta situação, mas este pelo menos está fora de prazo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, então mais alguma questão nesta fase ao Senhor Presidente? Então pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas? Por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza Sra. Presidente. Muito obrigado pelas questões colocadas.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, sobre o nosso relatório eu quanto mais conheço mais gosto do nosso relatório porque, de facto, não tenho encontrado relatórios noutros municípios tão escalpelizados, ainda bem que V.Exa. reconhece, e esta metodologia de trabalho, obviamente e ainda bem, dá-nos muito mais trabalho e permite-nos identificar erros. Eu posso dizer-lhe que também leio aturadamente o documento e como pode verificar eu tenho aqui anotadas e são muitas páginas onde tenho dúvidas e neste período de transição de ano, sistematicamente, nestes relatórios de janeiro há este problema, é que nem todos os serviços fizeram a contabilização das intervenções e do acumulado entre novembro e trinta e um de janeiro, alguns efetivamente só têm os dados de janeiro, mas é algo em que estamos sempre a melhorar.

Relativamente, como diz, depois também algumas questões dos planos que estão sempre em conclusão, Sr. Membro da Assembleia se nós escrevêssemos o trabalho que fazemos em cada plano garanto-lhe, para já, teríamos que ter relatórios não de dezenas mas de centenas de páginas, mas tenho pena que V.Exa. não tenha estado na sessão de trabalho que fizemos na pretérita sexta-feira acerca do PDM. Eu acredito que, de facto, enfim não é fácil toda a gente poder estar aquela hora mas quem assistiu fica com uma sensibilidade mais apurada para a complexidade do trabalho dos planos. E alguns dos planos quando falamos do Plano de Urbanização do Pinhal Novo, possivelmente não vamos fazer Plano de Urbanização porque o PDM vai ter o Plano de Urbanização lá dentro em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, ou seja, o que lhe quero dizer é que tivemos ali oportunidade de falar de alguns assuntos que nos ajudariam a compreender não só a complexidade do processo mas os avanços que tem havido, e portanto dar-lhe esta nota e dizer que, de

facto, alguns aspetos para aprofundarmos mais é complicado, mas eu estou disponível para responder sobre os Planos que V.Exa. queira.

Sobre a questão da encosta do Outeiro, Sr. Membro da Assembleia o que é que quer que eu lhe diga? V.Exa., se calhar, esquece-se de outras informações porque já teve informação com ações substantivas sobre o assunto noutras informações. Eu vou dizer-lhe é que aquilo que nós fazemos é, mensalmente, e sobretudo após pluviosidade mais intensa, verificar toda a encosta, verificar os órgãos de drenagem porque estão lá caleiras feitas e as traseiras dos prédios e ir monitorizando eventuais desabamentos de areias, de rocha, etc. Mas já esteve noutras informações municipais, por exemplo, que fizemos um projeto de estabilidade da encosta do Outeiro, já gastámos vinte e tal mil euros nisso, posso dizer-lhe que a obra está orçada em duzentos e oitenta mil euros, apontada por esse projeto, mas felizmente porque estamos a trabalhar com o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) noutros processos, estivemos com especialista do LNEC, junto à encosta e o especialista do LNEC propõe uma intervenção substancialmente diferente do outro estudo de engenharia que foi feito e que garante que é melhor, mais leve, mais económico e é nesse outro projeto que estamos a trabalhar e temos previsto incluir no nosso Plano Plurianual de Investimentos. Até lá cumpre-nos fazer aquilo que temos de fazer e que fazemos com outros lugares, é ir monitorizando para tranquilizar as pessoas porque temos moradores que de vez em quando nos escrevem, nos perguntam, e os relatórios são-lhes enviados e aliás já atendi moradores sobre isso e portanto felizmente não há motivos para temores e demos conta do trabalho que estamos a fazer.

Questão seguinte IMI, janeiro recebimentos do ano anterior, Sr. Membro o que eu lhe disse à época é que efetivamente era atípico, mas tudo se tornou atípico até este ano quando pensávamos "ah isto do grosso vai vir em abril e depois vai vir em novembro, não afinal foi em dezembro." Dá-me licença? Acontece que o dinheiro deixou de vir só nesses meses, passou a vir todos os meses e sabe porquê? Eu já tive a oportunidade de referir este facto quando discutimos o assunto do IMI, é que nós estamos a conseguir receber felizmente IMI desde dois mil e quatro. Dou-lhe um exemplo, este mês de janeiro não sei qual foi a distribuição pelos anos, mas em janeiro do ano passado dos cento e trinta e quatro mil euros recebidos recebemos IMI desde de dois mil e cinco até dois mil e treze, portanto isto vai continuar a acontecer.

Em janeiro, no mesmo período, os dados que eu aqui tenho, eu tenho aqui um mapa, que tem os recebimentos de cada ano referentes a janeiro de dois mil e catorze, isso é o mapa da comparação de um ano para o outro, mas quero-lhe dizer que só de anos anteriores é isto que lhe quero dizer, de anos anteriores que aí está o valor de dois mil de catorze, janeiro de dois mil e catorze, mas de anos anteriores entre dois mil e cinco e dois mil e doze e quando recebemos em dois e treze, estamos a falar de valores referentes a dois mil e doze, foram cento e trinta e quatro mil euros depois o restante terá sido referente a dois mil e treze, certo? Portanto não estamos propriamente em desacordo, mas o que interessa referir é que, de facto, estas prestações deixaram de ter aqui uma leitura muito constante porque está a acontecer este fenómeno, ainda estamos a receber, são verbas residuais mas que todas juntas ainda dão alguns milhares de euros, verbas de anos anteriores. Objetivamente resposta ao recebimento do valor do IMI, penso que V.Exa. consegue ter acesso a ele, recebemos até trinta e um de dezembro de dois mil e catorze doze milhões e oitocentos mil euros, sensivelmente, previmos no Orçamento dez milhões trezentos e oitenta mil euros, mas Sr. Membro da Assembleia leia as atas, eu disse-lhe na altura que esperávamos um valor muito próximo dos doze milhões de euros, não podíamos era pôr isso no Orçamento porque, efetivamente, tínhamos que fazer a média dos últimos três anos para cumprir as normas de elaboração de Orçamento, faça favor de ler as atas, eu sei que você gosta.

Depois acerca dos encargos correntes da dívida, independentemente da realização que está aí em janeiro, tem de facto de ver também com o términos de alguns empréstimos e estamos a pagar tranches finais, mas não só. O que eu quero aqui garantir a V.Exa., e vai ter oportunidade de ver isso já na Prestação de Contas e também na execução ao longo do ano, é que os encargos estão a reduzir substancialmente assim como os passivos financeiros. Eu não quero aqui antecipar a discussão que vamos ter em março na Prestação de Contas, mas até tenho aqui os dados, apontaria apenas que tivemos a maior execução orçamental quer na receita quer na despesa desde dois mil e quatro e que executámos e fizemos obra, aquisição de serviços e aquisição de bens. Mas teremos oportunidade de fazer isso, eu até poderia fazer como outros Presidentes de Câmara que já meteram estas coisas nos jornais antes da Assembleia, mas não faço isso por respeito a V.Exas. Teremos a oportunidade na altura certa de a discutir e o Sr. tem mais tempo para estudar o assunto também, não é?, com os documentos, exatamente, muito bem. Sim, isto esquece muito a quem não sabe,

mas efetivamente eu sei que o mérito nunca é de quem faz deve de ser de V.Exa., com certeza, que é mais fácil assinalar parafusos.

Extintor fora do prazo, Sr. Chefe de Gabinete faça favor de verificar e ver se está na altura de a empresa vir, ou se é alguma questão de procedimento, mas penso que de uma maneira geral teremos estas questões controladas e se elas estiverem em conformidade procuraremos que não se incendeie a Assembleia.

Falta a resposta às questões colocadas do Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, eu não tenho a sua opinião relativamente ao semáforo da rua da Lagoa da Palha, e eu vou lá quase todos os dias e vim de lá ainda há pouco porque tenho que ir lá buscar o meu filho. O semáforo da rua Lagoa da Palha é um semáforo limitador de velocidade que, em princípio, deve disparar quando se circula a uma velocidade superior. O facto de existir uma lomba, não significa que as pessoas não devam circular naquela estrada com mais prudência e com menor velocidade, portanto se o semáforo disparar a cem metros da lomba ainda bem, até para o pessoal não levantar voo na lomba, não é?, e até para eventuais problemas de funcionamento do semáforo, pode acontecer, como sabe, pode haver uma interrupção de energia e o acumulador não aguentar, há muitas situações, aliás também temos semáforos solares e por vezes temos os semáforos intermitentes porque esta coisa de eficiência energética, e de energia solar, isto é tudo muito bonito mas depois não é bem assim, aquilo não aguenta tantas horas quanto o desejável, mas o semáforo continua lá a fazer falta, é a nossa opinião técnica e politica. Se ele não está a disparar devidamente procuraremos saber porquê pode ser também um problema e isso é normal que haja avarias e naturalmente terá de haver reparações.

O abrigo da Alberto Valente, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira isto não pode ser dito e feito não é? Nós temos agora o orçamento de dois mil e quinze, não compramos abrigos a avulso e estamos a preparar uma nova empreitada quer de aquisição de outros abrigos, quer de reparação. Eu dei-lhe aqui nota que neste período substituímos quatro e reparámos dez, temos mais trabalho para fazer até de alguns que já foram reparados, infelizmente porque há quem utilize os abrigos para fazer outdoors de publicidade, não é?, alguns já voltaram a ser vandalizados. O nosso objetivo será outro, será no futuro junto às estradas nacionais ter esse tipo de mobiliário urbano concessionado assim que as empresas acharem que isto está em condições para poderem voltar a apostar na publicidade e na concessão desse tipo de mobiliário. Procuraremos também apurar junto da Escola se o abrigo efetivamente faz ali falta, é porque nessa localização deixe-me que lhe diga, (temos mais solicitações do abrigo para junto da entrada norte do cemitério do Terrim do que propriamente, é ou não é Sr. Presidente da Junta?, e não falei consigo, mas eu recebo cá reclamações, algumas dão-me conhecimento delas), do que propriamente para a Escola, porque na Escola o público que lá vai, ser levado no autocarro etc., é aquele público, ninguém está lá à espera, repare não é uma situação que as crianças estejam à espera no abrigo, à espera do transporte escolar, não, elas só entram no transporte escolar quando ele chega à porta da Escola. Já junto ao cemitério do Terrim, posso-lhe dizer que a pressão é maior por parte dos moradores do Terrim, da Cascalheira, que apanham ali logo às oito da manhã o transporte para vir para o lado norte do Pinhal Novo. Mas está no plano, procuraremos afinar e também mudar alguns, também temos estado a fazer esse estudo, a própria carreira, sei que não está cá a Sra. Vereadora que tem o pelouro, mas sei que estão em estudo algumas alterações. Já reuniram com o Sr. Presidente da Junta e pode haver necessidade também de relocalização deste mobiliário, portanto há aqui esta dinâmica mas a sua chamada de atenção não deixa de ser pertinente e procuraremos responder.

Sra. Presidente, penso ter respondido de uma maneira geral às questões colocadas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, obrigada. Sim faz favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"O seu Chefe de Gabinete Sr. Presidente de Câmara, é que foi enviado um ofício para as escolas por causa da Moção da Descentralização, que foi aprovada na sessão de Câmara e é referenciado que foi aprovado por unanimidade e não é verdade, o PSD votou contra, portanto agradecia que fizessem esse reparo por favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada. Srs. e Srs. Membros da Assembleia."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sabe o que é? É que o PSD chega sempre atrasado."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"O Sr. é o responsável, não é o Presidente da Câmara? O Sr. é o Presidente da Câmara, é o responsável pelos atrasos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"E às vezes confundo, já na última reunião também ouve ali uma unanimidade, mas afinal era porque o Sr. Membro não estava lá."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente depois vêm isso na Câmara está bem Sr. Presidente.

Pronto, há mais alguma questão? Srs. Membros da Assembleia? Não? Muito bem, então passamos ao ponto dois da Ordem de Trabalhos e eu propunha que nós, atendendo ao conteúdo, tratássemos em conjunto os pontos dois e três."

PONTO DOIS – Projeto de Lei n.º 717/XII (Criação da Freguesia de Marateca, no Concelho de Palmela, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português – emissão de parecer

PONTO TRÊS – Projeto de Lei n.º 718/XII (Criação da Freguesia de Poceirão, no Concelho de Palmela, Distrito de Setúbal), da iniciativa do Partido Comunista Português – emissão de parecer

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ora relativamente a estes dois pontos eles são de responsabilidade da Assembleia Municipal, como sabem, pese embora o facto de já terem sido tratados igualmente na Câmara Municipal, o que aliás nós tomámos como referência, nomeadamente em relação ao texto da proposta que aqui se apresenta.

Eu gostava sumariamente de identificar o que está em causa, nomeadamente, para que as Sras. e os Srs. Munícipes que integram o público, possam conhecer o tema.

O que se passa é que a Comissão de Ambiente Ordenamento do Território e Poder Local, da Assembleia da República, remeteu ao Município, aos Órgãos Autárquicos neste caso a Assembleia Municipal, para emissão de parecer dois Projetos de Lei, o Projeto de Lei setecentos e dezassete referente à criação da Freguesia de Marateca e o Projeto de Lei setecentos e dezoito referente à criação da freguesia de Poceirão, ambos da iniciativa do Partido Comunista Português.

Sumariamente estes Projetos de Lei o que visam é, justamente, a reposição das Freguesias que no nosso Concelho foram agregadas por via, dando origem à União das Freguesias de Poceirão e Marateca, por via da

Lei 11-A/2013, e esta questão como todos estão recordados foi sobejamente tratada no mandato anterior, nomeadamente quando entrou em discussão pública os Projeto de Lei que deram origem, depois a esta Lei e que visavam justamente a extinção de Freguesias do nosso Concelho.

No caso de Palmela, como a proposta diz, nós temos recordado sistematicamente que o território é um território vasto, o maior da Área Metropolitana de Lisboa, abrange quatrocentos e sessenta e cinco quilómetros, ou estende-se por quatrocentos e sessenta e cinco quilómetros e tem mais de sessenta e três mil habitantes, isto eram dados dos Censos 2011, e portanto um território com esta dimensão tinha apenas cinco freguesias e sempre se considerou que qualquer interpretação que pudesse ser feita à Lei onze A de dois mil e treze, era uma interpretação que não tinha sentido sequer aplicar sobre o território deste Concelho, mas o que é facto é que essa nova divisão administrativa foi implementada à revelia da vontade expressa dos cidadãos e das cidadãs do nosso concelho, bem como das autarquias.

Isto é, foi votado por unanimidade no concelho de Palmela pelas várias autarquias, inclusivamente esta Assembleia tomou uma posição contra a agregação das Freguesias de Poceirão, aliás contra a agregação de qualquer Freguesia do nosso Concelho e particularmente aquelas que viriam a ser transformadas na União de Freguesias Poceirão e Marateca.

Considerando que passado mais de um ano já do mandato autárquico e em consequência dos diversos quadros normativos que regulam a Administração Territorial, o país está a braços com situações discriminatórias que acentuam ritmos de desenvolvimento desiguais, considerando ainda que a reorganização administrativa originou a extinção de mais de mil freguesias e criou graves constrangimentos à gestão do território e ao quotidiano das populações sem que sejam percetíveis quaisquer melhorias e vantagens económicas e administrativas tão anunciadas na altura.

Considerando que os pressupostos históricos, económicos, sociais, culturais, administrativos e políticos que enquadram o presente Projeto de Lei, vão ao encontro dos sentimentos das populações em geral e das populações do nosso concelho em particular e da análise efetuada pelas autarquias locais que lutaram, durante tempos largos contra a aplicação daquela lei que tinha como objetivo, dizia-se, a reorganização administrativa no concelho de Palmela baseada em critérios unicamente e estritamente técnicos de acordo com os pressupostos da lei na altura apesar da especificidade comprovada do seu território.

Considerando ainda que desde dois mil e doze as populações, e as entidades locais, foram auscultadas em diversos fóruns de debate e realizaram várias ações de manifestação pela manutenção e autonomias das Freguesias de Poceirão e Marateca, bem como uma petição publica que reuniu mais de quatro mil assinaturas e que foi entregue em mão na Assembleia da Republica.

Considerando que a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho aprovaram, como já disse, diversas tomadas de posição entre elas uma providência cautelar contra a imposta agregação das duas freguesias em total desrespeito pela autonomia do Poder Local.

Então, a Assembleia Municipal de Palmela reunida em vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, delibera emitir parecer favorável sobre o Projeto de Lei setecentos e dezassete, para a criação da Freguesia de Marateca e sobre o Projeto de Lei setecentos e dezoito, para a criação da Freguesia de Poceirão, da iniciativa do Partido Comunista Português.

Delibera ainda remeter a presente proposta à Comissão Parlamentar de Ambiente Ordenamento do Território e Poder local da Assembleia da República e dar conhecimento desta deliberação à Câmara Municipal, às Juntas de Freguesia, e às Assembleias de Freguesia do Concelho.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre estas propostas por favor, independentemente de termos que as votar individualmente, mas a discussão pode ser conjunta.

Alguém deseja usar da palavra sobre este tema? Tenho um pedido de intervenção da CDU, por favor, tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia Joaquim Caçoete."

O **Sr. Joaquim Caçoete da CDU:**

"Muito Obrigado Sra. Presidente. Um dos reflexos negativos, que também teve a criação desta União de Freguesias, foi na área agrícola porque o governo fez sair uma portaria em que diz que prevê atribuição de

apoios ou majorações aos agricultores que exerçam atividade agrícola nas zonas genericamente designadas por zonas desfavorecidas.

Ora, neste contexto, foi concedido aos estados membros a possibilidade de manter como elegíveis essas zonas, ora o que faz o Governo? Diz que tendo em conta, e em consideração, que a reorganização administrativa do território das freguesias, operada pela lei anterior, que a Sra. Presidente já referiu, tornou desatualizadas as listas das zonas desfavorecidas e aqui vai dar a machadada nos apoios aos agricultores, e nas majorações que os agricultores tinham direito, porque o Governo retira a classificação do rural e desfavorecida a estas freguesias.

Queria relembrar aqui que toda a área da Freguesia de Marateca sempre foi classificada como desfavorecida. A Freguesia de Poceirão foi criada em oitenta e oito, com áreas que transitaram da Freguesia de Palmela e Marateca daí que uma parte do Poceirão fosse classificada também como zona desfavorecida. Entretanto realizam-se, nós realizamos, em termos de agricultura marchas dos agricultores reclamando aos sucessivos Governos que a Freguesia do Poceirão fosse na totalidade considerada como zona desfavorecida, e não só, a parte que tinha constituída com o Poceirão com a parte da Marateca.

Nessa altura tinham e hoje têm razão os agricultores e a população quando lutam contra a extinção, lutaram contra a extinção, das suas Freguesias e a denominada União das Freguesias imposta ao arrepio da sua vontade, direitos e interesses. Nesse sentido os agricultores destas freguesias, vão realizar uma reunião no dia dez de março, deixar aqui esta nota, terça-feira no Centro Cultural do Poceirão, com os agricultores e a população rural no sentido de tomarmos medidas para exigência que a União das Freguesias do Poceirão e Marateca continue a ser classificada como rural e desfavorecida. Esta é a nota da parte agrícola do que isto vem atingir também o nosso concelho e os nossos agricultores."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, muito bem, dou a palavra agora ao Partido Socialista, por favor, Sr. Membro Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Muito rapidamente para dizer claramente, e na sequência de outras posições que tomamos anteriormente e todo o trabalho desenvolvido neste Concelho para que isso não se efetivasse, ou não se concretizasse, esta vontade do Poder Central, que mais uma vez e há poucos dias saiu mais outro decreto-lei sobre descentralização de alguns setores, que vem mais uma vez ao arrepio daquilo que deve ser uma reforma do estado e uma verdadeira descentralização com base de uma regionalização, numa descentralização, que venha do estado central até à Freguesia.

Andamos aqui com argumentos e a mandar um bocadinho de barro à parede para ver o que é que pega, mas sempre fazendo com que as populações não são ouvidas, quando se manifesta não são atendidas e, efetivamente, está demonstrado que não foi feita nenhuma avaliação. Este Governo não fez nenhuma avaliação desta pseudo reforma administrativa, desta junção de freguesias, desta agregação de freguesias que fez e eu espero sinceramente, e nós esperamos sinceramente, que estejamos a poucos meses de podermos ser novamente ouvidos e em função das vontades dos Órgãos Autárquicos e das populações locais se possa voltar aquilo que era a vontade das pessoas, a vontade dos Órgãos Autárquicos, seus representantes, que era ter as cinco freguesias neste Concelho.

Até porque está demostrado que as quatro unidades territoriais que foram criadas, nomeadamente a agregação que foi feita, não trouxe nada de benéfico para as populações, não trouxe sequer benefício nenhum para aqueles que olham só para a questão financeira e portanto tudo isto foi um embuste, passo a palavra, e é preciso trazer novamente representatividade, a legitimidade Democrática para os territórios e essa legitimidade democrática é feita ouvindo os Órgãos Autárquicos eleitos e ouvindo as populações e, portanto, penso que isso será possível dentro de meses e em função da vontade dos Órgãos Autárquicos voltarmos a ter as cinco freguesias, porque é isso que efetivamente as populações querem e nós autarcas, unanimemente, manifestámos aqui em diferentes momentos, e como a Sra. Presidente há pouco teve oportunidade de elencar de diferentes formas, inclusivamente indo à Assembleia da Republica e reunindo com todos os grupos parlamentares e nenhum grupo parlamentar nos disse claramente não.

Portanto, ou não foram sérios, ou não tiveram força e eu que tenha sido essa hipótese de nos seus grupos parlamentares de fazerem com que, efetivamente, essa realidade não se tivesse concretizado, para mal das populações e para mal daquilo que para nós é a legitimidade do poder autárquico. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada também. Outras intervenções, tenho um pedido de palavra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, da União de Freguesias Poceirão e Marateca, queria deixar o Sr. Presidente para o fim de propósito, mas não havendo mais pedidos de intervenção, dou a palavra ao PSD/CDS, por favor Carlos Vitorino."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. De facto nós nesta proposta não vamos votar favoravelmente, porque é nosso entendimento que esta proposta nesta altura, a poucos meses do términos de uma legislatura, mais não é do que a política partidária exercida legitimamente, pelo Partido Comunista Português, na Assembleia da Republica e consequentemente também nos Órgãos Autárquicos.

Ou seja, passado um ano que foi, pouco mais de um ano que foi efetivada a agregação das freguesias, seria talvez importante para podermos aferir das vantagens e desvantagens que passasse um tempo razoável para podermos, de facto, verificar qual foi o prejuízo que as populações tiveram, perguntar se o Sr. Presidente de Junta da agregação das freguesias se, por causa de ser Presidente das duas freguesias, deixou de atender os Munícipes, deixou de ligar, se fechou serviços, ou antes pelo contrário daquilo que ouvi o Sr. Presidente até tem gosto em trabalhar e em trabalhar na agregação, aliás até conseguiu uma vitória politica para a CDU, não é?, e ficou satisfeito por isso.

Portanto, a questão aqui é que, nesta altura, aquilo que nos parece é que é uma proposta a destempo, independentemente de algumas considerações que aliás foram no passado até feitas por elementos tanto do PSD como na altura do CDS, não estávamos em coligação, mas dos elementos que representavam na Assembleia que, de facto, na proposta de lei houve na nossa perspetiva situações e conselhos que, se calhar, ficaram aquém daquilo que se poderia e deveria, talvez, agregar e outros que ficaram além, devido a não ter sido na lei equacionada a questão da dimensão territorial e isso é uma critica que nós assumimos e que fazemos, de facto, à proposta de lei do Governo. É obvio, agora, achamos que um ano depois é manifestamente a destempo e que deveria ter havido, e deveria haver, um tempo de maturação para verificarmos das vantagens e desvantagens desta proposta.

Mas pronto isto é como há pouco dizia é a luta politica, aproximam-se eleições legislativas e então vamos agitar neste sentido. É legítimo, é tal como há uns anos quando aqui se falava na criação do concelho de Pinhal Novo e era firmemente debatido e defendido, aliás ainda me lembro na altura o Sr. Presidente de Junta, atual Presidente de Câmara dizia: "*jamais* seria candidato à Câmara de Palmela", pois defendia a criação do concelho do Pinhal Novo, mas muda-se os tempos mudam-se as vontades, muda-se a confiança, disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, pediu? Sim, sim, faz favor."

O **Sr. Fernando Baião da CDU:**

"Muito boa noite a todos, ainda é boa noite. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Jornalistas, Srs. Técnicos da Câmara e Srs. Munícipes.

Isto é um tema que está na ordem do dia, portanto, quero aqui dizer da satisfação de o Partido Comunista Português apresentar, como promessa que fez, na Assembleia da Republica, esses dois projetos a dizer que queremos as freguesias, as cinco freguesias do Concelho e não as quatro.

Não houve agregação, houve extinção das freguesias, para mim foi extinção não foi agregação. O Sr. Membro da Assembleia Municipal Carlos Vitorino, continua a dizer que ainda não compreendeu que isto não ficou nada bem, ficou ainda pior e por outros motivos, se calhar, está mais dedicado à Assembleia Municipal não está tão dedicado às Freguesias. Permita-me que diga aqui que no dia da Restauração do Concelho eu cheguei para as comemorações e cumprimentei, como é do meu timbre, e com todo o respeito os Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, cumprimentei o Sr. Vereador do PSD e quando ele me diz assim: "*Olhe pronto, já podemos começar a cerimónia porque já cá está o Presidente da Junta de Freguesia de Palmela"* e eu disse para ele: *"Oh Sr. Vereador, desculpe, mas isto é a Restauração do Concelho, a Restauração do Concelho implica que quem tem de cá estar é o Senhor Presidente da Câmara. Quando houver a restauração das Freguesias, aqui propostas pelo PCP na Assembleia da Republica, quando houver aí, já eu posso representar as Freguesias, mas agora não."*

Isto é para dizer que deve-se repor aquilo que é a verdade, e a verdade do Concelho de Palmela é as cinco Freguesias.

Portanto Palmela Mais, que foram os vossos partidos que fizeram a extinção aqui da freguesia, façam um esforçozinho e digam-lhes que Palmela precisa das cinco Freguesias, porque um território com quatrocentos e setenta e cinco quilómetros quadrados, como foi dito quando fomos lá à Assembleia da Republica pelo Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim*:" Não, não, não, não senhor, Palmela não se mexe."* estava a querer enganar a gente, enganou bem, não enganou, ele não enganou que a gente saia que eles iam fazer isso.

Pronto, daqui o apelo que eu faço, os Srs. que têm lá o Governo diga à maioria para repor as Freguesias com cinco, não são quatro. Palmela merece cinco Freguesias não merece quatro. Disse Senhora Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Senhor Presidente. Dou a palavra agora ao Bloco de Esquerda, Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Boa noite a todos os presentes, eu cumprimento a Sra, Presidente e na sua pessoa cumprimento também todos os outros nesta sala.

Eu gostaria só de fazer um reparo em relação à Bancada do PSD/CDS-PP, eu fico muito feliz quando vos oiço falar a dizer que simpatizam com os gregos, que estão de alguma maneira condoídos, mas que antes de serem gregos, são portugueses e antes de serem portugueses são de Palmela.

Pois muito bem, quando toca, também os Srs. gostam muito de dizer que uma coisa são assuntos do Governo e outra coisa, são discutir assuntos locais e vocês gostam imenso de discutir só os assuntos locais, mas na realidade quando tratamos um assunto local que foi perder identidade destas duas freguesias e foi o prejuízo aqui tratado pelos agricultores, os senhores sacodem a água do capote, porque é mais fácil, porque vocês têm a tarefa árdua, não é?, de se manterem com uma posição rígida. Mas aquilo que eu pedia aqui era que, realmente, quando discutíssemos assuntos locais, discutíssemos preocupados com aqueles que são os nossos conterrâneos, que são as pessoas de Palmela, que são as pessoas do Poceirão, da Marateca, que foram afetados por todas estas políticas que o povo não queria que fossem feitas, isso é que é importante. É que quando são tratadas medidas locais, sejam faladas medidas locais com veracidade e com sinceridade, esta é a minha questão, e é só, realmente, porque a Bancada fala muitas vezes que é para tratar dos assuntos locais, não dos assuntos governamentais, mas depois quando toca estes assuntos particulares do nosso concelho vocês remetem-se, simplesmente, para aquilo que são as obrigações e as decisões do Governo. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada. E agora dou a palavra ao Sr. Presidente, é para responder ao Bloco de Esquerda? Dou a palavra então, por favor ao PSD e depois dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Rosa Pinto, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora eu agradeço as palavras de todos os meus colegas preocupados com o concelho porque, efetivamente, ao longo dos anos de autarca não preciso de demonstrar o quanto me tenho preocupado pelo concelho e mormente pela freguesia onde habito, portanto não aceito esse tipo de reptos.

Quero aqui dizer que concordo com o meu colega de bancada dizendo que, tal como aqui, muitas vezes no executivo é referido que convém estudar primeiro, ver os impactos, porque estas palavras da demagogia política, da campanha política, a cinco/seis meses de eleições, que são legítimas.

Efetivamente estamos habituados a elas e a preocupação pelas pessoas, mas a preocupação pelas pessoas nós devemos demonstra-la no nosso dia-a-dia, na nossa freguesia e não pensar só nos gregos, nos troianos, noutros quaisquer.

Efetivamente, eu, pelas palavras do Sr. Presidente da Junta, nos artigos de jornal, eu não posso dizer que ouvi isto da boca do Sr. Presidente, pode, efetivamente, não terem sido bem repercutidas as ideias porque às vezes acontece. Não conseguimos vislumbrar até ao momento um prejuízo grande por parte das populações.

Em todo o caso sempre direi como o meu colega de Bancada disse, que a nossa opinião na altura era de que a extensão territorial também devia ter sido tida em conta. Contudo a minha maneira e a nossa maneira de fazer política nesta Assembleia, não é o oportunismo político a seis meses de eleições e por isso votaremos contra esta proposta do Partido Comunista Português e temos pena que a mesma não tenha, também, sido subscrita então pelo Bloco de Esquerda e pelos Verdes. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Vamos passar a palavra ao Sr. Presidente da União de Freguesias Poceirão e Marateca, por favor."

O **Sr. José Silvério da CDU:**

"Boa noite meus Srs. e minhas Sras., boa noite a todos. É com imenso desagrado que eu ouço algumas intervenções acerca da União de Freguesias, porque desde a primeira hora que se começou a lutar para que não se agregasse a Freguesia do Poceirão e Marateca. Eu disse-o sempre que era uma horrível lei que foi aplicada para estas freguesias e não foi horrível, foi um desastre, e esse projeto-lei quem o pariu desapareceu, se calhar morreu, quem pariu esse projeto-lei parece que desapareceu.

O que é certo, é que um ano de experiência dá para compreender o que foi a carga de trabalhos que entregaram a uma União de Freguesias e que a população ainda não compreendeu que foram lesados por isto e por parte do partido do Governo. Nunca tivemos uma pequena conversa de há um ano, nunca houve, dizer que estamos a fazer um ótimo trabalho, que temos que fazer, porque a CDU faz bom trabalho em todo o lado, e fazemo-lo, lutámos por aquilo que encontrámos. O que é certo é que no passado ano, no ano de dois mil e treze, no final do ano a Freguesia do Poceirão tinha cento e vinte seis mil e quinhentos euros, a Freguesia da Marateca tinha três mil e duzentos euros, logo aí começou a guerra, a guerra não, começou o trabalho exaustivo entre as duas freguesias porque o Governo deixou-nos o passarinho na mão, acabou com as freguesias e quis dizer assim: agora são obrigados a roubar à Freguesia de Poceirão para levar para Marateca, são obrigados a roubar e foi o que tivemos de ser obrigados a fazer. De facto na Marateca empregamos cento e vinte cinco mil euros e agora este ano a seguir o que é que vai acontecer? O nosso plano de atividades não foi aprovado e qual é o nosso saldo para o ano? Agora é que vai começar a aparecer o desastre que aconteceu nessas duas freguesias.

Quem é que do Governo acompanhou algum trabalho na União de Freguesias Poceirão Marateca até hoje? Nós recomeçamos com um trabalho muito importante na Freguesia de Marateca, que apesar de haver mentirosos, no PSD também há mentirosos, há mentirosos que têm de ser desmentidos e aparecem através dos jornais mentiras autênticas.

Um trabalho de grande envergadura, que se gastou cento e dez mil euros, mas metemos um projeto ao Governo e esse projeto foi aprovado da parte que pertencia à Câmara, às Estradas de Portugal e aprovado pela arquiteta que fez esse projeto. Esse projeto entrou no Governo e as conversas é desde junho até agora, está nas mãos do Secretário de Estado e está nas mãos do Secretário de Estado. Viemos aqui, mandei uma funcionária ao Seminário que houve aqui do PSD, aqui no S. João, se não foi Seminário desculpem, ninguém sabia do projeto, nem Secretário do Estado nem ninguém, portanto são mentirosos, aí posso chamar mentirosos à vontade, mentiram à União de Freguesias e continua o projeto a estar lá.

No princípio tinha quinze à nossa frente, a semana passada por curiosidade telefonei para lá, então o projeto tem cento e trinta à vossa frente, isto é horrível, isto é vergonhoso, engatarem a gente numa União de Freguesias e agora não apresentarem o projeto para defender aquilo que aquela carga de trabalhos que nos enganaram. Agora somos abordados porque há uma obra começada e não está acabada e nem podemos começar com a obra porque o Governo, se lá formos, diz logo assim: vocês não precisam do projeto, acabaram o projeto porque vocês tinham dinheiro para isto tudo. Não temos, a obra está parada, não temos, gastámos ali cento e dez mil euros na freguesia de Águas de Moura.

O que é que valorizou mais a gente é que o PSD pode dizer assim: vocês tiveram uma vantagem, acabaram com o executivo de uma freguesia, esse executivo dava despesa à freguesia talvez trinta mil euros, aproximado a trinta mil euros, e agora para o ano a gente tem o saldo positivo de quinze mil euros, mas agora estamos a andar para trás ou estamos a andar para a frente com esta lei horrível que foi aplicada, porque foi o que eu disse sempre e cheguei a levar quatro autocarros para Lisboa.

A população ainda não sabe que está a ser vigarizada por esta lei. A população não sabe, mas em breves dias vão saber, vão saber porque foram vigarizados com esta lei, esta lei acabou, quer acabar com a Freguesia de Poceirão e quer acabar com a Freguesia da Marateca, porque não podemos sobreviver mais que é um ano, depois quem é que nos vem emprestar dinheiro? Serão os ricos do PSD que vêm emprestar dinheiro para a gente sobreviver? Ali a essa parte com certeza há muita gente rica.

De facto eu sei falar assim, sei falar diretamente porque é o caso. Eu sou agricultor e fui criado numa zona agrícola e rural, tem duzentos e oitenta e dois quilómetros, e deixava uma pergunta aos senhores do PSD, aqui. Se agora no dia cinco de fevereiro, o decreto lei acabou com as zonas rurais acaba com a freguesia rural, quero que me expliquem e que me digam hoje aqui qual é a situação das duas freguesias, se não é rural o que é que é?, se não é desfavorecida, o que é que é? Que digam, o que são estas freguesias, se é rural se não é rural, digam vocês devem de saber, estiveram a participar na lei e que digam hoje aqui perante o povo o que aquelas freguesias são! Se são rural ou se não são rural e gostava que isto fosse respondido.

Portanto, é ridículo estarmos à frente de mais de metade do concelho, na freguesia do Poceirão e da Marateca, e sermos tratados por uma lei destas, uma lei que saiu, foi parida cá para fora, o criador da lei desapareceu, os que estão à frente das leis de Portugal não estão a cumprir e agora não podemos reivindicar uma coisa que está mal. É que está mal e chamo qualquer um à freguesia para ver tecnicamente o prejuízo que deram aquelas freguesias, o prejuízo que deram à freguesia do Poceirão, que as pessoas ainda não sabem bem mas vão saber, porque deram prejuízo pelo menos, pelo menos, de cento e dez mil euros à Freguesia do Poceirão, esta lei.

Há um senhor do PSD que diz assim: *"Mas foi a freguesia de Marateca que foi beneficiada …"*. Isso não sei, quem é que foi beneficiada. Os responsáveis por isto têm que dizer é ao povo o bem que fizeram ou o mal que fizeram, então vão dizer o bem que fizeram à população de Poceirão, àqueles agricultores, àquelas pessoas que vivem no meio rural, que para mim é sempre um meio rural eu vivo lá, e como é que vocês vão descalçar esta bota, como é que o Governo vai descalçar esta bota perante a população, porque é o caso. Foi uma lei mal conduzida, uma lei mal feita, para estragar a situação da Freguesia do Poceirão, porque já tinha sido criada, porque a área geográfica era muito grande retirou-se uma parte à Freguesia da Marateca e uma parte à Freguesia de Palmela para fazer uma freguesia que era a maior do Concelho, para depois fazerem esta autentica asneira, este autentico descalabro, fazer uma União de Freguesias sem apoiarem em

nada e ao menos nem aprovam um projeto, nem aprovam nada, foi sé dizer assim: vingamos que vocês têm que acabar.

Isto foi mau para a freguesia, foi mau para a Marateca e foi mau para o Poceirão é o que eu tenho que dizer e disse-o sempre toda a vida, não é querer transparecer através dos jornais que o Presidente da Freguesia faz disto um floreado, fez bem porque isto está a correr bem. Trabalhamos para fazer as coisas bem em prol da população, mas temos de agora ir para a população ao fim do ano dizer o que correu mal e que foram roubados, roubaram a Freguesia do Poceirão e a freguesia do Poceirão foi uma das que está a ser desgraçada por causa desta lei.

Não me queria alongar mais, mas gostava destas respostas se somos rurais ou se somos favorecidos ou o que é que estas freguesias são de agora de aqui para diante, o que é que são agora."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, sim, rapidamente está bem?"

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Era só para referir relativamente a essa questão que eu acho que é pertinente, da questão de serem, ou não, consideradas freguesias rurais que no quadro comunitário anterior eram duas freguesias e não tinham sido consideradas rurais, portanto já no quadro comunitário anterior."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Era, era, era, era, era, era, era, era."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Uma parte da Marateca, não era toda."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, por favor."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Sra. Presidente, eu peço desculpa, mas queria recentrar aqui a discussão em dois aspetos que aliás a bancada do PSD, as referiu: Uma que é a questão da oportunidade e a outra que é a questão dos impactos, porque elas estão interligadas.

Quanto à questão dos impactos o problema não é uma questão aritmética de menos um executivo, neste caso concreto de duas juntas de freguesia, a questão é que a lei, esta chamada lei da reorganização administrativa, foi-nos apresentada num pressuposto falacioso, como a prática o demonstrou, de que isto ia trazer escalas às freguesias, que iam ser atribuídas novas competências, competências próprias às juntas de freguesia, tornando-as autónomas dos municípios e portanto que a essa escala, essa maior capacidade de intervenção no terreno ia ser um benefício para as populações.

Bom, ano e meio depois, se é que precisávamos de ano e meio, mas nós admitimos que seja preciso para algumas pessoas, naturalmente, algum tempo para alguma reflecção, o que se prova é exatamente o oposto.

Quanto à questão da escala, à questão dos recursos financeiros e enfim, obviamente, o que daí decorre os recursos humanos e logísticos, a situação foi absolutamente desastrosa, o próprio FF reduziu, foi reduzido

na sua percentagem e mesmo aquilo que veio de valor de IMI, supostamente para compensar, não teve digamos o valor nem a escala que viesse compensar efetivamente essa redução.

Por outro lado, em termos de competências próprias ficamos exatamente como estávamos, ou seja as juntas de freguesia continuam a estar dependentes das boas vontades, das relações melhores ou piores nalguns casos de relação institucional e política com os municípios.

Os contratos interadministrativos ou os contratos de execução dependem mais de vontades e disponibilidade política do que de facto de algo que esteja instituído e que seja uma competência própria da Junta.

Portanto esses elementos que foram aduzidos, fundamentalmente estes dois maior escala, mais recursos humanos, mais recursos financeiros, maior capacidade de intervenção e mais autonomia foram demonstrados à exaustão, neste ano e meio, como tendo sido, digamos, uma argumentação absolutamente falaciosa.

Quanto à questão de oportunidade, a questão de oportunidade é esta, é que, e não tem nada a ver com as eleições que decorrem daqui a seis meses ou que decorre daqui um ano porque a atividade politica mantem-se durante todo o período do mandato, pode-se apresentar uma proposta de lei, numa semana antes do ato eleitoral, tem a ver com esta questão queo PCP considera que ano e meio depois desta aplicação desta lei é um tempo mais que suficiente para avaliação dos resultados. Nós nunca tivemos dúvidas sobre os resultados, como é óbvio, mas admitimos que haja setores da população que eventualmente tivessem dúvidas sobre os resultados.

Bom, e ano e meio está demonstrada a exaustão que estes resultados são extremamente negativos, portanto daí que a oportunidade de apresentar novamente uma lei que venha a permitir nesta reorganização administrativa a nova constituição de duas freguesias, neste caso no nosso concelho, ou a nível nacional, é perfeitamente oportuna e deixe-me dar só aqui uma nota final, é que o PCP apresenta estas propostas, no caso em Palmela como noutros concelhos, apenas nos municípios onde as populações demonstraram ter a vontade que tal acontecesse, ou seja, não apresentamos isto de forma sistemática em todo o território nacional, fizemo-lo apenas naquelas localidades, no municípios, nos concelhos, onde as populações tinham, já na altura, manifestado contra a vontade da extinção. Portanto, também aqui, tivemos esse respeito, naturalmente, pela vontade das populações.

Quanto à questão de oportunidade é uma questão absolutamente irrelevante e que servirá apenas para o PSD como um pretexto, porque se fosse daqui a três meses diriam o mesmo, se tivesse sido há um ano atrás teriam dito exatamente o mesmo. Quando foi na altura da aprovação da lei tiveram a posição que tiveram, portanto para vocês seria sempre inoportuno que aparecesse uma lei desta natureza. Quanto à questão do balanço está feito, quanto aos efeitos negativos não há nada mais a acrescentar àquilo que nós já dissemos na altura e que aqui já foi dito. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Peço-lhe a sua compreensão, acho que este é um ponto essencial e importante, este que estamos aqui a falar sobre este parecer e até pelos pontos a seguir, supostamente serão rápidos.

Em primeiro lugar para dizer que compreendo perfeitamente e estou à vontade para o fazer, como alguns de vocês percebem e sabem, para dizer que estou solidário com o Presidente da Junta do Poceirão/Marateca porque, de facto, a Junta de Freguesia do Poceirão com este processo todo foi muito prejudicada, a Junta do Poceirão sempre teve um equilíbrio financeiro extraordinário e de facto a situação tem-se agravado. E há situações a realçar, por exemplo, a Junta de Freguesia do Poceirão faz sempre um esforço enorme nas escolas primárias, teve gastos enormes no verão passado, na escola dos Cajados, na escola de Águas de Moura, que na já esquecida Carta Educativa requereu reparações nessa escola e a junta de freguesia teve lá gastos e como fazem todas as escolas primárias diz sempre presente, está no protocolo mas vai sempre além daquilo que está no protocolo e no verão passado isso foi mais forte. Portanto compreendo

perfeitamente o desgosto do Presidente da Junta do Poceirão/Marateca, permita-me dizer assim, isto é pessoal.

A outra questão é que quero também louvar a seriedade do PCP neste processo e neste parecer. Ouvi agora o Presidente da Junta de Quinta do Anjo dizer que nem sequer, porque o PCP tem toda a legitimidade e a CDU para considerar que já o faz há muitos anos que a única forma de defender o Poder Local é não haver reorganização qualquer que seja ela territorial a nível autárquico, mas de facto neste processo teve a ver com aquelas que de facto mais houve oposição até porque houve aqui uma farsa, foi ouvir-se as Câmaras Municipais, as Assembleias Municipais, mas dizer vocês podem dar um parecer mas não é vinculativos e a gente depois decide.

Os pais, realmente, desta lei desapareceram, um saiu de ministro, o outro que é dirigente do PSD nacional e ex. Presidente da Câmara de Penela, muito ativo, mas agora ficou com outras preocupações. Mas, de facto, louvo aqui a postura não há, em meu entender, nenhum oportunismo político do PCP. É coerente com aquilo que tem sido ao longo dos anos, o PS também tem a sua posição e vocês sabem que é um pouco diferente, porque nós olhamos para o urbanismo, o PS tem tido outra posição nesse aspeto e Lisboa foi um exemplo, ruas com setecentos e oitenta metros e com quatro freguesias, prédios de esquina com duas portas para cada uma das ruas, pertencente, no Vale de Santo António, por exemplo, pertencente a freguesias diferentes, parques infantis feitos pela Câmara mas, por exemplo, tratados pela juntas de freguesia com protocolos, mas que parques infantis pertenciam a duas freguesias, jardins, por exemplo, que pertenciam o seu espaço a três freguesias; pelo país fora freguesias urbanas que tinham a sua sede nas câmaras municipais, aqui o Montijo foi o caso desses durante vários anos a sede da junta de freguesia do Montijo era no próprio edifício da Câmara; as atividades nulas, casos, por exemplo, de Barcelos com oitenta e nove presidentes de junta na Assembleia Municipal e noventa e dois deputados, houve uma redução para sessenta e nove, perderam vinte e oito para sessenta e um, mas neste momento ainda as Assembleias têm sessenta e um presidentes de junta e sessenta e dois deputados e quando era oitenta e nove presidentes de junta e noventa e dois era preciso quase uma sala de congressos para organizar a Assembleia Municipal; juntas de freguesia por esse país fora que a sede era num apartamento alugado, nalguns casos era na casa do presidente da junta quando não havia mais de cento e cinquenta eleitores e não havia assembleias.

Eu sei que estou a fugir um pouco, mas isto para dizer que a perspetiva, e eu louvo isso, porque eu hoje eu esperava aqui que o PCP, ou alguém, dissesse "*mas atenção porque isto o PS, não sei quê…*", para dizer que vocês têm toda a legitimidade porque sempre defenderam com coerência a não redução das juntas de freguesia. No caso, o PS tem a legitimidade democrática de entender que havia alguma coisa, não vocês podem não estar de acordo mas é a legitimidade do PS, mas a verdade é que este Governo é que não teve legitimidade para fazer isso, não ouviu as populações, não quis saber de nada. Quando eu ouço aqui dizer que a freguesia de Poceirão e Marateca melhorou é de bradar aos céus, isto até revolta, porque eu sei o que é que o Presidente da Junta, e eu estou à vontade para dizer isto quem me conhece sabe que nós até nem temos ligações há alguns anos mas somos familiares, deve de sofrer todos os dias por dentro com a situação da agregação destas duas freguesias.

Conhecendo a situação que o presidente fazia e portanto eu presto-lhe aqui a minha homenagem e também à postura do PCP."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, só para terminar, eu gostava de recordar aos Srs. Membros da Assembleia o seguinte:

Em dez de outubro de dois mil e doze, esta Assembleia aprovou um documento que, enfim, naturalmente fazia a caraterização da lei na altura em discussão, argumentava com todos os aspetos que mereciam a sua posição de rejeição, contextualizava nomeadamente a posição de outros órgãos, em concreto da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), sobre o diploma que na altura estava em apreciação, identificava as medidas que foram tomadas neste concelho com o envolvimento das populações e a mobilização obviamente das Autarquias Locais e terminava dizendo que, depois de uma série de considerandos, a Assembleia Municipal de Palmela de acordo com o parecer da Câmara Municipal de Palmela, aprovado por unanimidade, delibera opor-se à aplicação da lei vinte e dois de dois mil e doze ao concelho de Palmela, pronunciando-se contra qualquer alteração ao mapa autárquico do

concelho seja por extinção, seja por fusão ou agregação de quaisquer das cinco freguesias atualmente existentes; exigir à Assembleia da Republica que respeite a vontade democrática dos legítimos representantes locais das populações, considerando como vinculativos os pareceres emitidos pelas cinco Assembleias de Freguesia do concelho e pela Câmara Municipal de Palmela, cujo parecer também devia ser considerado como parte desta pronúncia, dizia-se na altura, e eu quero dizer aos Srs. Membros da Assembleia, é evidente que alguns não estavam cá e não integravam o órgão no anterior mandato, que esta posição, que formalmente tinha a designação de pronúncia que era assim que a lei pedia que a tratássemos, foi aprovada por unanimidade e aclamação, é o que diz a ata, e, portanto, penso que não há mais a acrescentar, ficará com certeza para cada um as conclusões que daqui se podem retirar.

Senhores Membros da Assembleia, vamos votar um projeto de cada vez, como manda a lei, portanto votamos primeiro o projeto setecentos e dezassete, respeitante à criação da Freguesia de Marateca.

Submetida a proposta do Ponto Dois a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

Vamos votar a proposta setecentos e dezoito, relativa à criação da Freguesia de Poceirão, da iniciativa do Partido Comunista Português."

Submetida a proposta do Ponto Três a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos à proposta número quatro e a proposta número quatro diz o seguinte:…….Desculpem, mentalmente, tinha visto uma lista em que a proposta seguinte da Assembleia era ordenada assim.

Pronto passamos à proposta número quatro sim, Regulamento Municipal de Associativismo e eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer fazer alguma introdução em relação a esta proposta por favor?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Gostaria Sra. Presidente, se me permite, de reler aqui alguns aspetos fundamentais da proposta, porque me parece que ela merece este enquadramento. A dinâmica que temos em diversos setores de atividade no concelho de Palmela e a dinâmica social e cultural devemo-la muito à dinâmica do movimento associativo nas suas diversas componentes, que têm contribuído para uma sociedade mais participativa e ativa.

Também neste domínio o investimento na educação, na cultura e no desporto, na juventude e na intervenção social constitui uma estratégia, que o Município tem vindo a promover para um desenvolvimento sociocultural equilibrado e sustentável.

Nesta senda, também o trabalho em parceria tem sido uma constante da gestão pública promovida pela Câmara e prática corrente também na interação com o movimento associativo. Quando em dois mil e onze, fomos forçados a suspender o Regulamento Municipal de apoio ao associativismo, por impossibilidade de continuar a prestar apoios pecuniários às associações do concelho, houve legítimas preocupações e receios, contudo foi possível verificar que mantivemos com o movimento associativo um estreito relacionamento na busca de soluções que permitissem ultrapassar situações mais difíceis e este trabalho de parceria e com a

disponibilização de recursos, de equipamentos, de meios logísticos, de transportes, de apoio técnico, etc., etc., permitiu que as associações não perdessem, na generalidade dos casos, a sua vitalidade e as preocupações então colocadas felizmente não se confirmaram, as associações revelaram maturidade, continuaram a desenvolver o seu trabalho e em muitos casos até fortaleceram-se.

Há de facto um novo ciclo de trabalho com as associações no presente mandato autárquico, houve a revisão e o estabelecimento de novos protocolos de cooperação, um elemento fundamental no relacionamento entre instituições e elaboração de um novo regulamento de apoio ao associativismo que teve uma forte participação das associações e este fator da participação creio que é o garante da continuidade de um trabalho de parceria que se pretende aprofundar.

Este projeto de regulamento atualizou e clarificou aspetos importantes no relacionamento com as associações, a par de uma preocupação constante com a gestão dos dinheiros públicos, destaca-se o enquadramento legal dos apoios municipais, os mecanismos de prestação rigorosa de contas de utilização de dinheiros públicos e dos recursos municipais, os critérios de avaliação das propostas de atividades e projetos a apoiar pela autarquia, o contributo dos apoios municipais para a qualificação do associativismo na sua adaptação às exigências do nosso tempo, com o objetivo de confirmar e reforçar o seu papel na vida local, o enquadramento de uma mesma estratégia prospetiva inclusiva e com critérios abrangentes do relacionamento da autarquia com o associativismo na sua diversidade e protagonismo decisivo na riqueza e diversidade territoriais.

Importa ressalvar que o regulamento teve várias fases de discussão prévia, mesmo à discussão pública com as associações em duas sessões, foram mais de cem participantes e de toda essa discussão foi possível apurar um ante projeto nesta versão final, que depois de ter sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara teve também a discussão pública e já não voltou a receber mais contributos.

Posto isto, penso que a proposta está em condições de ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** ausentou-se da sala pelas 23,47 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, peço desculpa. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então por favor, sobre esta proposta. Partido Socialista tem a palavra, Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Que a aprovação deste Regulamento se afigura como fundamental para um melhor e maior apoio da autarquia às associações e à atividade associativa e que é algo que a Bancada do Partido Socialista reconhece como de grande importância, porque sabemos que as associações vivem do espírito voluntarista e que esse espírito deve ser reconhecido e sobretudo valorizado.

Sabemos, também, que as associações têm algumas dificuldades de financiamento, dificuldades essas que se agravaram em tempo de crise e que desde dois mil e onze não eram atendidas, porque os únicos apoios que eram dados pela autarquia era sobretudo ao nível logístico, não havia um apoio financeiro pelo menos de forma direta e assim a aprovação deste regulamento que substitui o anterior, que se encontrava suspenso desde dois mil e onze, e aqui tenho que fazer uma ressalva que não foi uma obrigação legal, ou de outra natureza, mas uma opção de gestão política e então esta aprovação afigurasse como um importante incentivo às associações na medida em que permita tal atribuição do apoio financeiro e assim a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

Não obstante, há aqui alguns aspetos que importa referir, sem prejuízo de já terem sido referidos noutros órgãos e ainda assim com o apoio das associações, mas que lamentavelmente não foram incluídos, aqui, nesta versão final que nos foi apresentada.

Concretamente falando, número dois do artigo oitavo relativo ao apoio financeiro para as obras de apoio à conservação das instalações, não nos parece a melhor opção na medida em que o pagamento das duas tranches, no valor de cinquenta por cento do apoio total concedido, pode criar algumas dificuldades de execução ao nível associativo.

Suponhamos o seguinte exercício prático: Uma associação que pretende este apoio de modo a conseguir executar as obras de conservação não o conseguirá fazer apenas com os cinquenta por cento iniciais, para executar a obra, ou irá depois recorrer ao crédito ou então irá atrasar o pagamento ao empreiteiro, que a ser possivelmente uma PME da região e se o valor da primeira tranche fosse setenta por cento e a segunda trinta por cento, como foi aliás por nós sugerido noutros fóruns, nomeadamente no Conselho Municipal de Juventude, penso que seria mais favorável para as associações e a obra seria mais facilmente executada.

No número dois do artigo dezassete, acreditamos que em vez de trinta dias o prazo para a prova de aplicação das verbas deveria ser de sessenta dias, também numa logica de facilitar as associações que poderão ter dificuldades em ter toda a documentação pronta em trinta dias. Sabemos que algumas faturas podem não chegar nesse prazo e que nos sessenta creio que já essa situação não se verificaria.

No artigo vinte, o mecanismo de restituição, não é suficientemente claro na nossa opinião. Nem há uma previsão normativa específica, ou pelo menos de uma forma explícita para os casos de restituição por falta de execução, e creio que estes pontos deveriam estar plasmados no regulamento, infelizmente não estão, mas não será por isso que iremos deixar de votar a favor, porque no nosso entender será maior prejuízo se não aprovarmos esta proposta e se as associações continuarem sem financiamento por parte da autarquia. Tenho dito."

A **Sra. Tânia Ramos do BE** terminou a sua participação nos trabalhos pelas 23,52 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais alguma intervenção por favor? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Para o nosso voto irá ser favorável, porque há muito defendemos e já tínhamos até referido também aqui na Assembleia Municipal a falta do Regulamento.

Efetivamente, a suspensão em dois mil e onze deveu-se com certeza também a caráter financeiro e, portanto, também a crise afetou com certeza neste aspeto a aplicação, se não, se assim não fosse, não se teria demorado com certeza quatro anos a fazer um Regulamento, o que quer dizer que positivamente confirmamos que também a Câmara tem uma opinião de que à uma evolução positiva no país e consequentemente também na feitura do Regulamento e na contribuição para as associações do concelho.

Eu gosto de ver os meus colegas com sentido de humor, aliás o Mestre sempre teve sentido de humor quando fomos colegas de executivo mas mesmo assim trabalhávamos em conjunto e isso é que interessa. Há aqui alguns artigos, efetivamente, que se tivessem vindo com algumas sugestões da Assembleia Municipal talvez também pudéssemos ter dado um contributo maior, em todo o caso não vou relevar e penso que na falta, respondendo aqui ao meu colega, onde há dois Juristas, há duas opiniões, costumamos nós dizer nas lacunas aplicaremos a lei, não é? É isso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Câmara, não sei se quer acrescentar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Começaria, antes de ir às questões mais técnicas, que suscitaram observações políticas do Regulamento, por repor aqui alguns aspetos da verdade nesta discussão. É que, em bom rigor, não se pode dizer que por ter havido suspensão do Regulamento de apoio ao movimento associativo não houve apoio ao movimento associativo, até financeiro, porque houve e muito e os senhores sabem que foram aprovadas comparticipações elevadíssimas até para pagamento de instalações da Palmela Desporto, houve protocolos com associações, tiveram comparticipação do município para candidaturas a obras financiadas pelo PRODER, houve subsídios para determinadas áreas e houve protocolos, houve uns que foram suspensos e outros foram cumpridos integralmente. Portanto não é lícito concluir-se daquilo que aqui está dito que não houve ou que há aqui um hiato de quatro anos, nada disso. Houve bastante apoio consultem os documentos de Prestação de Contas, porque estão lá referidos os milhares de euros de apoios que ainda assim foram atribuídos a várias associações e instituições.

Depois vamos às questões mais técnicas de elaboração do Regulamento. Srs. Membros da Assembleia, nós para atender a necessidades específicas que podem acontecer no decurso da gestão de algumas candidaturas de algumas associações tínhamos que ter um regulamento para cada uma e eu fico muito feliz por este Regulamento ter merecido enorme consenso. Esta questão das tranches, por exemplo, é preciso cruzar o artigo oitavo com o número quatro do artigo quatro porque diz que podemos atribuir de uma só vez, portanto há exceções e isto tem que ser criteriosamente analisado. O mesmo relativamente à restituição, há mecanismo para restituição, nós temos que aferir é por uma questão de dolo e também temos de aferir se vale a pena solicitar a restituição ou se vale a pena reinvestir no ano seguinte, portanto haverá mecanismos certamente. Para nós que conhecemos no trabalho quotidiano, com as nossas associações e em particular a equipa técnica que tanto batalhou para concluir este regulamento, que conhece experiências e necessidades tão diversificadas do nosso movimento associativo, encontrou formulações que são formulações não obstante de serem normativas, não são exclusivas, no sentido de proporcionar exclusão de outras hipóteses de trabalho.

O que eu quero dizer com isto, é que também nos casos omissos e noutras especificidades haverá enquadramento em função das candidaturas específicas das nossas associações.

Poderemos sempre melhorar o regulamento, mas este é um princípio importante de ser um documento que também após a sua operacionalização vai permitir testar se ele é ou não é eficaz, o que nós gostaríamos de ter era bolos muito mais significativos do que aqueles que temos no nosso orçamento para apoiar a criatividade e os múltiplos projetos que o movimento associativo já nos começou a fazer chegar.

Ainda assim, o nosso objetivo é que se esgotem essas verbas e que se houver espaço em particular para a contratualização de projetos mais ousados que venham a conseguir envolver outras entidades e nomeadamente fundos comunitários. Nós temos isso escrito, e dito, a todas as associações que estamos disponíveis extra regulamento para protocolos e garanto-vos que os protocolos, sobretudo na área do desporto, há aqui um aspeto que vai surpreender muitos dos senhores quando conhecerem depois o trabalho que vai ser feito.

Por exemplo, na área do desporto a legislação passou a obrigar a contratos de desenvolvimento desportivo, portanto vai ser um outro mecanismo e haverá associações que possivelmente ficar-se-ão pelo concurso aos apoios do regulamento e outras que terão que ir obrigatoriamente para contratos de desenvolvimento desportivo que entregam objetivos, resultados, número de praticantes e naturalmente os correspondentes apoios logísticos, materiais, financeiros e técnicos.

Portanto Sras. e Srs. Membros da Assembleia, admitimos que pode haver sempre algumas melhorias, mas vamos procurar testar quanto antes porque gostaríamos, enfim, tivemos quase a sugerir uma Assembleia Extraordinária à Sra. Presidente, mas também neste aspeto temos de ser contidos e poupados, mas estávamos a ficar preocupados, porque o Regulamento tem rapidamente de ser publicado e entrar em vigor para produzir efeitos. Esperemos que em maio possamos estar a atribuir alguns subsídios, vai ser uma tarefa difícil mas queremos mesmo avançar porque os projetos já nos começaram a chegar. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, então, sim?"

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sr. Presidente, só apenas para fazer uma nota que, em sede de Conselho Municipal de Juventude, as associações apoiaram o mecanismo dos setenta trinta. Só para ficar essa nota e depois também uma opinião muito pessoal quanto à opinião que o Sr. partilhou connosco do cruzamento aplicado do número dois do artigo oitavo, com o número quatro do artigo quarto.

O artigo quarto é uma norma geral, relativa à atribuição dos apoios na generalidade e da atividade e o artigo oitavo é um apoio específico, é uma norma específica, que é o apoio às obras de conservação das sedes e, portanto, nesta medida, na minha opinião, uma norma específica prevalece sobre uma norma geral, era só essa nota que queria deixar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Nesse aspeto tem razão, mas os cinquenta, cinquenta, foi aquilo que deu maior consenso entre as associações.

Ok, o movimento associativo, ou diverso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO CINCO – Regulamento do Cartão Municipal Idade Maior

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta número cinco, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A proposta número cinco, diz respeito ao projeto "Regulamento do Cartão Municipal Idade Maior", já havia o cartão "Municipal Sénior" em dois mil e cinco, foi alterada em dois mil e nove.

Este setor da população tem vindo a crescer, em número, também as fragilidades sociais crescentes, com reflexo da situação da crise económica. Em dois mil e catorze o projeto pretende assumir não apenas uma nova imagem com a designação de Cartão Municipal Idade Maior, mas constituir também uma estratégia de valorização do papel da geração mais velha na nossa comunidade, enquanto geração ativa de perfil diferenciado, com diferentes vivências, necessidades e aspirações, ou seja, não se trata apenas de um cartão que há-de ter um conjunto de descontos no comércio, nos serviços, mas que sobretudo constituirá também um incentivo para que esta geração possa utilizar o cartão, um conjunto de ofertas, seja de recreação, de ocupação de tempos livres, na cultura, na promoção da saúde, do desporto e do lazer, que são hoje também novas necessidades deste setor da população.

O cartão vai integrar dois escalões diferenciados em função dos rendimentos do agregado familiar. Procurou-se simplificar ao máximo os procedimentos, o cartão não terá custos de aquisição, estão de facto associados benefícios com condições mais vantajosas no acesso a bens e serviços atividades e serviços do município e procura também facilitar o direito à informação junto da população sénior, garantindo aliás um

dos princípios de Palmela como cidade amiga das pessoas idosas, constituindo para o efeito um guia informativo Cartão Idade Maior.

Portanto, no fundamental a matriz está definida e há agora um trabalho que já começou a ser feito pelos nossos técnicos da área da Intervenção Social, e não só, para captação de um conjunto de parceiros, agentes económicos e outros que queiram aderir a este projeto do Cartão Municipal Idade Maior. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Então sobre esta questão, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, por favor? Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Sr. Presidente, relativamente a este ponto, ao ponto quatro, ao novo Regulamento, o nosso entender é que este Regulamento é muito mais prático, muito menos burocrático que o anterior e tem uma capacidade de envolvente muito maior do que existia também.

De qualquer das formas nós entendemos que não deveriam ser esquecidos, porque também lembrámos em trinta de dezembro de dois mil e nove em sede de Assembleia Municipal de Palmela, quer as pessoas que se encontram desempregadas e sem subsídio de emprego, quer os jovens que se encontram também nessas situações. Devíamos tentar arranjar mecanismos que pudessem, não neste cartão mas noutras áreas, conjuntamente com as IPSS arranjarmos esquemas que pudessem funcionar para apoio a estes grupos e era só isto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção por favor? sobre esta proposta? Pergunto ao Sr. Presidente se quer acrescentar alguma coisa, se não."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não? Muito bem, então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO SEIS – Regulamento e Tabela de Taxas Municipais

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos à proposta número seis."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Tabela de Taxas Municipais, mais uma alteração, uma das linhas orientadoras da política municipal para o mandato é aliviar os encargos da responsabilidade do município suportados pelas famílias. A alteração mais substantiva introduzida na presente proposta insere nessa orientação e consiste na redução do valor da taxa de ocupação de subsolo. Esta medida vai implicar uma redução de vinte cinco por cento do valor cobrado aos distribuidores de gás natural, o que representa uma redução de cerca de cento e vinte cinco mil euros da receita municipal com esta taxa.

Esta questão tem repercussões nas famílias porquanto uma malfadada legislação, que alguém deixou passar, permite que as operadoras façam refletir os custos destas taxas na fatura do consumidor e, portanto, nós entendemos que também aqui fazia sentido eventualmente prescindirmos dessa receita, dado que o gás enfim também tem tido alguns agravamentos de preço e que não fosse por causa das taxas que praticamos em Palmela que com esta redução continua a ficar abaixo de outras praticadas nos municípios vizinhos, como Moita por exemplo, ou até, não vale a pena passarmos para a margem norte em que as discrepâncias são de facto muito grandes.

Depois também para além desta alteração de maior significado, propõe-se uma redução significativa nas taxas de ocupação de solo, por motivo de abertura de valas, um ajustamento na forma de cálculo da taxa, em que seja considerado o período semanal, porque esta questão estava por um lado a penalizar quem utiliza a infra-estrutura no solo público e também pode desincentivá-los a fazer muitas vezes investimento no enterramento das redes, coisa que nós às vezes reclamamos porque algumas operadoras deixam aí alguns cabos aéreos e nós gostaríamos que toda a rede estivesse enterrada em valas técnicas.

São ainda propostas alterações com o intuito de clarificar e simplificar disposições e colmatar lacunas no regulamento. Depois há aqui um conjunto de fichas técnicas, isto é muito técnico, de um a sete que complementam a proposta, e que fazem parte integrante da mesma, onde constam o enquadramento e as novas redações que se propõem introduzir na tabela de taxas municipais, bem como a fundamentação económica ou financeira nas propostas, com incidência específica nos valores.

Importa aqui referir que todas as alterações com incidência em valores, mantêm o seu acolhimento na fundamentação económica ou financeira que acompanhou a inicial publicação do Regulamento e Tabela de Taxas, como não poderia deixar de ser.

Portanto, propõe-se a aprovação de várias alterações. Alteração do número dezasseis do capítulo I, até tem que ver com uma obrigação legal, sobre o registo de cidadãos da UE – União Europeia e direitos de residência, há uma adaptação à lei, há um aditamento que denota o número dois do Capitulo III, uma alteração no número quatro do Capitulo IV, tem que ver com os Mercados de levante, feiras e ocupação ocasional, também uma nota e um aditamento, destacaria aqui a necessidade de pôr a taxa da horta comunitária, depois as tais correções de valores também, no regulamento, que está noutro regulamento de ocupação de espaço público, porque hoje o espaço público não é ocupado apenas com esplanadas, é ocupado com mastros, com postes, com floreiras e isso também, sobre isso, porque ocupa espaço público, também deve incidir as respetivas taxas, depois as tais taxas de ocupação de subsolo, ou espaço aéreo, para as concecionárias de infraestruturas e uma alteração no número dezassete do capitulo X. Na prática grande parte das alterações resultam em redução de taxas, mas sobretudo há aqui um esforço, também, de clarificar e de tornar mais operacional, e mais ágil, o trabalho de quem tem de calcular taxas e utilizar estes regulamentos que são sempre muito complexos. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** retoma participação nos trabalhos pelas 00,07 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Peço desculpa Sra. Presidente, eu estive a falar de uma alteração de taxas que não tem nada a ver com isto? Terá sido? Já me podia ter interrompido Sra…, é que me meteram-me aqui, ah esta já foi aprovada? Tive aqui, ah! Peço desculpa, então eu estive a estudar, isto é a sublinhar isto, é que esta também era de…, mas esta foi aprovada mais tarde a três do doze de dois mil e catorze e já teve consulta pública…, não teve consulta? Ah! Peço desculpa.

Vou já diretamente ao assunto, incentivos à reabilitação urbana, está aqui um trabalho bem feito, comparando ao anterior. Trata-se de aprofundar o alcance das reduções do anterior regulamento e tem aqui também um trabalho comparativo muito bem feito pelos nossos Técnicos, portanto peço-vos desculpa. Andei eu a fazer pesquisas sobre os preços do gás dos outros concelhos, para nada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Alguém tem alguma dúvida?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Agora ficou tudo confuso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos votar, podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** terminou a sua participação nos trabalhos pelas 00,12 horas.

PONTO SETE – Eleição de Representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ora bem, então Sras. e Srs. Membros da Assembleia estamos quase a acabar e a proposta é pequenina.

Trata-se da eleição de representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.

Então, nos ternos da lei cento e quarenta e sete noventa e nove, cabe às Assembleias Municipais a designação de quatro pessoas, de entre cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos, ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, lê-se na lei no seu artigo, na alínea l) do artigo décimo sétimo.

A Assembleia Municipal de Palmela procedeu em mandato anterior à indicação dos seus representantes, e não necessitaria de proceder a nova deliberação até ao fim do mandato de 6 anos a que cada membro da CPCJ está limitado. Contudo, fruto de substituições e de alteração das condições e disponibilidade de alguns dos representantes da Assembleia, propõe-se uma nova deliberação e, portanto, a designação das seguintes pessoas:

- Anabela Claro Rito, pertence atualmente à CPCJ;
- Fernando Luis Justino Coelho;
- Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim, pertence igualmente à CPCJ;
- Pedro Daniel Cardoso Barcelos.

Pergunto se há alguma questão relativamente à proposta? Podemos votar? Temos que votar secretamente, porque estão em causa pessoas.

Efetuada a votação uninominal, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, na presença da Sra. Presidente da Mesa e do Primeiro e Segundo Secretário, apurou-se o seguinte resultado:

Eleição de Representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela

Sra. Anabela Claro Rito	
Sr. Fernando Luis Justino Coelho	25 (vinte e cinco) votos a favor
Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim	2 (dois) votos em branco
Sr. Pedro Daniel Cardoso Barcelos	

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete